

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THAIENE FERNANDA SPIGUEL DOS SANTOS

CONHECENDO O CENTRO CÍVICO DE CURITIBA/PR: PROPOSTA DE UM
ROTEIRO HISTÓRICO-CULTURAL.

CURITIBA
2013

**CONHECENDO O CENTRO CÍVICO DE CURITIBA/PR: PROPOSTA DE UM
ROTEIRO HISTÓRICO-CULTURAL.**

Trabalho de graduação apresentado às disciplinas de Orientação e Supervisão de Estágio e Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo II e Projeto em Planejamento e Gestão de Turismo II, do Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Deise Maria Fernandes Bezerra

**CURITIBA
2013**

RESUMO

O patrimônio cultural é um dos diversos elementos que compõem o segmento de turismo cultural, sendo que monumentos tombados possuem grande importância histórica. Dentro do segmento de turismo cultural está o turismo cívico, que se caracteriza pelo desejo de rememorar fatos ou pessoas que tiveram importância histórica e principalmente política para um povo. O Centro Cívico de Curitiba é um dos vários locais tombados como patrimônio, e, sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo propor um roteiro voltado para as questões arquitetônicas e cívicas do local, pois se acredita que esta é uma das formas de valorizar a região e os atrativos, além de possibilitar um melhor uso do espaço para o turismo. Através de um estudo exploratório, com pesquisa qualitativa de gabinete e de campo, chegou-se a conclusão de que o CCC não é utilizado como atrativo histórico/cultural urbano, com exceção ao Museu Oscar Niemeyer, que atualmente é valorizado para o turismo, e ainda assim verificou-se que ele não é divulgado como parte da área do Centro Cívico.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Turismo Cívico; Centro Cívico de Curitiba.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CCC - CENTRO CÍVICO DE CURITIBA
- FCC - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA
- FGV - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
- IMT - INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO DE CURITIBA
- IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- IPPUC - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA
- MON - MUSEU OSCAR NIEMEYER
- MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO
- OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO
- SEEC - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
- SETU - SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARANÁ

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- MAPA DAS REGIÕES DE CURITIBA.....	29
FIGURA 2	- MAPA DA REGIÃO MATRIZ - LOCALIZAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE CURITIBA.....	29
FIGURA 3	- MAPA DOS BENS TOMBADOS.....	31
FIGURA 4	- PALÁCIO IGUAÇU.....	31
FIGURA 5	- AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU.....	32
FIGURA 6	- DIVULGAÇÃO SITE IMT.....	43
FIGURA 7	- DIVULGAÇÃO SITE IMT (2).....	43
FIGURA 8	- <i>FOLDER</i> DE DIVULGAÇÃO DE CURITIBA.....	44
FIGURA 9	- <i>FOLDER</i> DE DIVULGAÇÃO DE CURITIBA.....	45
FIGURA 10	- MUSEU OSCAR NIEMEYER.....	55
FIGURA 11	- PARQUE ESTADUAL JOÃO PAULO II.....	56
FIGURA 12	- PALÁCIO IGUAÇU.....	56
FIGURA 13	- PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE.....	57
FIGURA 14	- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.....	58
FIGURA 15	- PREFEITURA DE CURITIBA.....	58
FIGURA 16	- PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO.....	59
FIGURA 17	- PALACETE LEÃO JUNIOR.....	60
FIGURA 18	- PRAÇA KHALIL GIBRAN.....	60
FIGURA 19	- PASSEIO PÚBLICO.....	61
FIGURA 20	- MAPA DO ROTEIRO.....	62
QUADRO 1	- OBJETIVOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	35
QUADRO 2	- CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO.....	59
QUADRO 3	- CÁLCULO DOS GASTOS INICIAIS.....	61
QUADRO 4	- CÁLCULO DOS GASTOS MENSAIS.....	61

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1	TURISMO CULTURAL	9
2.1.1	Oferta Turística	11
2.1.1.1	Roteiros Turísticos	14
2.1.2	Demanda Turística	15
2.1.3	Segmentação e o Turismo Cultural	17
2.2	PLANEJAMENTO DAS CIDADES	20
2.2.1	Plano Diretor	21
2.2.2	Zoneamento	22
2.2.3	Zonas Cívico-administrativas	24
2.3	CENTRO CÍVICO NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA	24
2.3.1	Plano Diretor de Curitiba e Zoneamento	26
2.3.2	Centro Cívico de Curitiba	28
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	33
3.2	MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS	34
3.2.1	Construção do instrumento de coleta dos dados	36
3.2.2	Tabulação e interpretação dos dados	37
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	38
4.1	ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	38
4.1.1	Entrevistas com atores-chave nas áreas de Cultura e Turismo	38
4.1.2	Pesquisa Descritiva	42
4.1.2.1	Pesquisa em materiais impressos e meios eletrônicos	42
4.1.2.2	Descrição dos bens tombados no Centro Cívico de Curitiba	46
4.2	INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5	CONHECENDO O CENTRO CÍVICO DE CURITIBA/PR: PROPOSTA DE UM ROTEIRO HISTÓRICO-CULTURAL	53
5.1	DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO	53
5.1.1	Descrição do itinerário do roteiro	54
5.2	ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	62
5.2.1	Descrição das etapas para execução do projeto	62
5.2.1.1	Teste do itinerário	63
5.2.1.2	Envolvimento dos atores	63
5.2.1.3	Identificação da necessidade de qualificação e possíveis parceiros	64
5.2.1.4	Identificação de formas de promoção	64
5.2.1.5	Implementação do roteiro	65
5.2.1.6	Avaliação e monitoramento	65
5.2.2	Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa	66
5.2.3	Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa	66
5.2.5	Avaliação do retorno do investimento	68
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICES	77
	ANEXO	81

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão das cidades e o aumento da população em áreas urbanizadas, o turismo urbano tem ganhado cada vez mais força, podendo ser desenvolvido de diversas maneiras e nos mais variados segmentos, sendo em cenários sociais, culturais, físicos ou estéticos. Estes cenários normalmente não foram criados para fins turísticos, e sim para os residentes das áreas urbanas. Porém, quando bem planejadas, estas áreas podem ser compartilhadas entre turistas e moradores (HAYLLAR, et. al., 2011).

São vários os segmentos que podem ser desenvolvidos em áreas urbanas, e um deles é o turismo cultural, que segundo o Ministério do Turismo - MTur (BRASIL, 2006) é representado por atividades turísticas, monumentos, eventos, entre outros elementos, que valorizam e promovem bens materiais e imateriais da cultura. Um dos elementos que influencia no turismo cultural é o tombamento, que tem por finalidade proteger e preservar bens materiais e imateriais que possuam alguma importância artística, paisagística, arqueológica ou histórica.

Em Curitiba, existem diversos bens que foram tombados como patrimônio histórico e cultural, entre eles o conjunto urbanístico do Centro Cívico de Curitiba - CCC. Seu tombamento ocorreu em 2012, e incluiu monumentos do bairro que ainda não estavam tombados individualmente, como o Palácio Iguazu; Praça 19 de Dezembro; Prefeitura Municipal de Curitiba; Museu Oscar Niemeyer; Colégio Estadual Tiradentes; Praça Nossa Senhora de Salette; Casa da Criança; Tribunal do Júri; Palácio da Justiça; Assembléia Legislativa; Tribunal de Contas e a Avenida Cândido de Abreu (SECRETARIA DA CULTURA, 2012). O tombamento do CCC mostra a importância histórica e cultural destes monumentos, sendo que é nesta região que estão as sedes administrativas dos principais órgãos governamentais do Município e do Estado. Além disso, o local nos planos regionais de Curitiba é ressaltado que o Centro Cívico seja valorizado como uma referência para a arquitetura moderna no Paraná.

O turismo cívico é um dos tipos de turismo cultural, e segundo o MTur (2006, p.18) ele ocorre em função de

deslocamentos motivados pelo conhecimento de monumentos, acompanhar ou rememorar fatos, observar ou participar em eventos cívicos, que representem a situação presente ou da memória (MTur, 2006, p. 18)

Em pesquisa a respeito de projetos de turismo em áreas urbanas observou-se que o turismo cívico é um tema pouco estudado, sendo que grande parte dos artigos acerca do segmento se referem a Brasília. Por outro lado, as discussões sobre a importância da preservação e/ou conservação do patrimônio, estão cada vez mais frequentes, visto que estes bens tombados normalmente remetem à memória de um povo.

Dentro desta premissa, este trabalho teve como ponto inicial responder ao problema de pesquisa: O Centro Cívico de Curitiba é utilizado como atrativo histórico/cultural urbano dentro da oferta turística da cidade?

Para solucioná-lo estabeleceu-se como objetivo geral identificar se o Centro Cívico de Curitiba é utilizado como atrativo histórico/cultural urbano, buscando identificar se a paisagem do local é valorizada e utilizada como um produto turístico, e, como objetivos específicos:

- Mapear os atrativos tombados no Centro Cívico de Curitiba;
- Pesquisar sobre o processo de tombamento do CCC;
- Verificar como o CCC é tratado no Plano Diretor e em outros documentos de planejamento urbano de Curitiba;
- Identificar o uso turístico real e/ou potencial de cada um destes locais;
- Identificar se o CCC é promovido através de materiais impressos, sites, linha turismo, roteiros ou outros meios;
- Pesquisar casos de utilização de centros cívicos ou similares no Brasil para o Turismo;
- Verificar a existência de dados sobre a demanda turística real e/ou potencial do CCC;
- Investigar como o CCC é tratado pelos órgãos de turismo e de cultura municipais e estaduais.

Após a realização de pesquisas exploratórias e respectivas análises de seus resultados, foi identificada a necessidade de um projeto para valorização do contexto cultural do Centro Cívico de Curitiba, a partir da definição de um itinerário composto

por um conjunto de atrativos de significado valor histórico e cultural para compor um roteiro guiado a ser ofertado para moradores e visitantes da Cidade e do Estado, em parceria com os atores envolvidos.

Para melhor compreensão desta proposta, estruturou-se este trabalho de conclusão de curso em seis capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, será apresentada a revisão de literatura com uma abordagem sobre o turismo cultural com definições de turismo, oferta, demanda segmentação, roteiros e do próprio turismo cultural. Logo após, serão apresentados alguns fatores relativos ao planejamento urbano, para que se possa entender o contexto onde o turismo se insere nas cidades e identificar como as áreas cívicas são abordadas no seu Zoneamento e, por fim, será apresentado o Centro Cívico de Curitiba e sua inserção no Plano Diretor da Cidade, explicando como se deu o seu planejamento e concepção.

Logo após serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho, baseados em pesquisa do tipo exploratória e qualitativa, dentro das técnicas bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas com representantes da área da cultura e do turismo do Município e do Estado. Segue-se a eles, a apresentação dos dados coletados e respectivas análises e discussões, que permitiram chegar a proposta constante no último capítulo do trabalho.

Tal proposta refere-se a definição de um itinerário composto por um conjunto de atrativos de significado valor histórico e cultural para compor um roteiro guiado a ser ofertado para moradores, estudantes e visitantes da Cidade e do Estado, em parceria com os atores envolvidos.

Por fim serão apresentadas as considerações finais sobre o trabalho, juntamente com sugestões para estudos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta etapa são apresentadas discussões e comparações entre o que foi escrito por diversos autores, com conceitos atuais sobre a problemática que motivou a pesquisa inicial deste trabalho, buscando compreender os aspectos que exercem influência sobre o objeto de estudo e propor intervenções necessárias para o local. (CIRIBELLI, 2003)

Para tanto, de início será apresentado um tópico sobre o turismo cultural, com definições de turismo, oferta, demanda, segmentação, e do próprio turismo cultural, visto que os atrativos históricos - culturais são elementos que compõem este segmento. Posteriormente, serão abordados alguns conceitos de roteiros turísticos, que se constituem em uma das formas de ofertar o turismo, e, logo após, será realizada uma discussão acerca do planejamento das cidades, citando os principais fatores que o influenciam, o zoneamento e as áreas cívicas, onde se classifica o Centro Cívico de Curitiba.

2.1 TURISMO CULTURAL

O turismo é uma atividade econômica que vem se desenvolvendo nos últimos anos, principalmente com o aumento do tempo livre e a busca crescente por atividades de lazer. Porém, ele já é estudado há muito tempo, possuindo diversas definições, tanto de autores com formação na área de turismo quanto de oriundos de outras áreas do conhecimento.

A primeira definição foi elaborada pelo economista austríaco Hermann Von Shullern zu Schattenhofen, em 1911, e afirmava que o turismo é uma atividade que “compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”. (apud BARRETO, 2003, p.9).

Porém, o turismo também pode ser definido como ciência, arte e atividades comerciais especializadas em atrair, transportar, acomodar e atender com cortesia as necessidades e desejos dos visitantes de uma localidade. Pode-se observar que nestas definições os autores afirmam que a atividade turística é caracterizada principalmente pelo deslocamento de pessoas. (WALKER, 2002).

Outros autores afirmam que o turismo é uma indústria, como Sessa (apud Beni, 2007), que explica que este pode ser considerado uma atividade industrial porque nele ocorre a transformação das matérias-primas para elaboração dos produtos, que posteriormente são comercializados e consumidos no mercado. Em contrariedade a isto, Lickorish e Jenkins (2000) afirmam que o turismo não deve ser considerado uma indústria, principalmente devido ao fato dele não produzir resultados que sejam fisicamente medidos, como no caso de outros setores da indústria.

No Brasil, um dos primeiros autores a trabalhar com o conceito de turismo foi Mário Beni que o definiu como:

[...] elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição, tanto material como subjetiva dos conteúdos de sonhos, desejos, de imaginação e de expansão de negócios. (BENI, 1997, p. 37)

Nota-se que diferente das definições apresentadas anteriormente, Beni conceitua o turismo de maneira mais ampla, afirmando que existem outros elementos que interferem na atividade turística.

Além de Beni, Panosso Netto e Trigo (apud TRIGO, 1998 p. 16) também definiram o turismo de uma maneira mais abrangente

Fenômeno originado da saída e retorno do ser humano do seu lugar habitual de residência, por motivos diversos que podem ser revelados ou ocultos, que pressupõe hospitalidade, encontro e comunicação com outras pessoas, empresas que oferecem condições e tecnologia para a efetivação do ato de ir e vir, gerando experiências sensoriais e psicológicas e efeitos positivos e negativos no meio ambiente econômico, político, ecológico e sociocultural.

Nas duas últimas definições os autores não só citam os elementos que os locais receptores de visitantes devem possuir (oferta), mas também ressaltam que é necessário entender as motivações da demanda na atividade turística. A oferta e a demanda são fatores determinantes para que o turismo aconteça em um local, sendo que um sempre irá depender do outro.

Portanto, para que se possa compreender melhor como funciona a atividade turística, é essencial apresentar as definições de oferta e demanda, citando quais os principais fatores que influenciam nestes dois elementos.

2.1.1 Oferta Turística

A oferta turística é definida pela Organização Mundial do Turismo – OMT (apud BAHL, 2004 p.19) como o “conjunto de bens e serviços turísticos, atrações, acessos e facilidades colocados no mercado, à disposição dos turistas, em conjunto ou individualmente, visando atender suas necessidades, solicitações e desejos”. Estes bens e serviços não necessariamente foram criados para fins turísticos, pelo contrário, grande parte deles é feito para atender a população local e com o desenvolvimento do turismo acabam por atender aos turistas.

Darini (2006) afirma que a oferta turística é formada através da integração entre os elementos que viabilizam a atividade turística, originando, assim, o produto turístico. A autora ainda ressalta que estes elementos sendo utilizados separadamente possuem pouco valor para outras atividades que não o turismo. Por exemplo, se o local não possuir um atrativo que possa chamar a atenção dos turistas, não adianta ter uma boa estrutura de hotéis e restaurantes, pois não é isso que vai atrair visitante. Da mesma forma, se o local possuir um atrativo turístico considerado de importância natural, histórica ou cultural, mas não tiver uma boa infraestrutura de apoio, dificilmente irá receber turista. Porém, como já citado anteriormente, estes equipamentos podem ser utilizados pela população local.

Segundo a definição de Beni (2007 p.177), a oferta turística é o

Conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar uma determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante.

O autor confirma o fato de que na oferta deve haver uma integração entre todos os elementos, para que o destino seja capaz de atrair e receber os turistas com qualidade e eficiência.

Como visto acima, a oferta irá originar o produto turístico, que segundo Rose (2002) pode ser construído por um conjunto de bens e serviços que são colocados no mercado para satisfação das necessidades dos turistas.

Para Bahl (2004) a oferta turística é dividida em três grandes grupos, que são: dos atrativos, divididos em naturais e culturais; da estrutura de utilidade pública e geral (aquela que é essencial principalmente para a população local) e da estrutura de serviços turísticos.

Em relação à estrutura de utilidade pública, Bahl afirma que esta se subdivide em: básica, sendo energia, saneamento, acessos e circulação; de comunicação, englobando postos telefônicos, agências postais, emissoras de rádio e televisão, jornais e revistas; de ordem administrativa, podendo ser jurídica, financeira, habitacional, educacional, entre outros; e por fim de entretenimento e animação, incluindo fatores de ordem social, cultural e esportiva. São os elementos básicos essenciais a qualquer local que deseje receber a atividade turística.

Já sobre a estrutura dos serviços turísticos, Bahl (2004) completa que os itens que fazem parte da oferta são: Transporte, alimentação, hospedagem e apoio turístico. Como já citado anteriormente, estes setores devem estar bem estruturados para que haja qualidade no atendimento aos turistas.

O outro grupo que faz parte da oferta é o dos atrativos turísticos, que para o autor podem se dividir em naturais e culturais. Ruschmann (2008) define Atrativo turístico como “todos os elementos relacionados com as condições naturais e os aspectos socio-culturais das localidades em estudo”.

Para Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002) os atrativos são os principais motivadores das viagens, sendo que, sem eles, não haveria a necessidade dos outros elementos da oferta turística. Entretanto, os equipamentos de apoio ao turismo podem também ser utilizados pelos moradores locais, não só para a atividade turística.

Fernandes e Coelho (2011) consideram que atrativos turísticos são os recursos naturais ou culturais que atraem o turista para determinada localidade. Os atrativos naturais são todos aqueles ligados à natureza, sendo paisagens, rios, matas, praias ou outros locais onde se possa inserir o produto turístico. (SCHOLL, KLEIN E BARROSO, 2004).

Já os atrativos culturais são aqueles que possuem elementos que representem as manifestações, história e aspectos da cultura de um povo. Estes atrativos se diferenciam dos naturais por serem construídos pelo homem e possuírem aspectos que caracterizam alguma cultura em específico. (COSTA, 2009)

Os atrativos culturais se subdividem em concretos e abstratos. Os concretos são aqueles que podem ser vistos, como monumentos, edificações, obras de arte, parques, praças, entre outros. Já os abstratos, são aqueles que representam a cultura de um povo, porém, não podem ser tocados. São as manifestações populares, idiomas, sotaques, música, festas típicas, religiosidade, modo de vida, etc. (BAHL, 2004).

Ignarra (2003) afirma que a conceituação de atrativo cultural pode ser diversificada, sendo que alguns são chamados de atrativos históricos, quando representam aspectos importantes para a cultura nacional, regional ou local. O autor ainda coloca que este tipo de atrativo é representado por monumentos arquitetônicos que podem se apresentar de diversas formas, nos mais variados tipos de edificações.

Quanto aos atrativos histórico-culturais, estes são compostos por bens, incluindo conjuntos arquitetônicos, manifestações culturais, gastronomia típica, entre outros elementos. (VITAE CIVILIS E WWF, 2003).

Os atrativos, entre outros, são elementos que compõem um destino turístico, que é definido por Valls (2008, p.18) como:

[...] espaço geográfico determinado, com características de clima, raízes, infra-estruturas e serviços próprios; com certa capacidade administrativa para desenvolver instrumentos comuns de planejamento; que adquire centralidade atraindo turistas mediante produtos perfeitamente estruturados e adaptados às satisfações buscadas, graças à valorização e ordenação dos atrativos disponíveis; dotado de uma marca e que comercializa tendo em conta seu caráter integral.

Neste conceito o autor reforça a importância de um destino possuir uma boa infraestrutura para que consiga atrair turistas e ofertar serviços de qualidade.

Com uma visão um pouco mais subjetiva, Vignati (2008) considera que um destino turístico pode ser uma imagem percebida, ou seja, cada consumidor pode interpretar o destino de uma maneira diferente, em função de fatores como o roteiro da viagem, a formação cultural pessoal, motivações ou experiências.

Os destinos turísticos podem ofertar o turismo de diversas formas, dependendo do seu potencial. Uma destas formas são os roteiros turísticos.

2.1.1.1 Roteiros Turísticos

Com a grande gama de atrativos que podem existir em determinado local ou região, os roteiros turísticos surgem como alternativa para que os turistas e visitantes conheçam estes lugares de maneira mais ampla, compreendendo um destino como um todo, e não como partes individuais.

Perussi e Teles apud Teles *et al* (2011 p. 189) afirmam que

Os roteiros turísticos são considerados instrumentos que possibilitam ao visitante um conhecimento mais amplo, organizado ou temático dos pontos de interesse turístico do destino, com o acompanhamento de guias de turismo, que são os profissionais capacitados para transmitir informações minuciosas sobre as atrações e serviços da localidade.

Note-se que os autores ressaltam a importância de guias de turismo ou monitores na realização dos roteiros, pois assim os turistas recebem as informações necessárias para a interpretação dos atrativos que visitam. A presença destes profissionais é relevante para que os participantes dos roteiros conheçam as especificidades de cada local.

Um roteiro turístico pode ser um elemento para desencadear a circulação turística em uma região, criando novos fluxos e trajetos, tendo assim um melhor aproveitamento dos atrativos. Estes roteiros normalmente são direcionados, ou

atingem a determinado público-alvo, sendo que isto deve ser exposto no momento da divulgação de maneira objetiva. (BAHL 2004).

Bahl (2004) ainda explica que, em uma classificação espacial, os roteiros podem ser separados entre nacionais e internacionais, existindo subcategorias dentro destas duas modalidades. Na categoria nacional, podem-se destacar os roteiros turísticos locais, que são os que ocorrem dentro da área do município. Estes roteiros podem ser ofertados em dois formatos distintos, sendo os centrais (urbanos) e os periféricos.

O autor cita que os roteiros turísticos locais centrais ocorrem através de visitas, passeios, *city-tours*, entre outros formatos, e podem ter diversas abordagens, como sociais, culturais, históricas, arquitetônicas, etc. Este tipo de roteiro busca apresentar aos visitantes os aspectos mais importantes de uma região, dando destaque ao conjunto de atrativos.

Este tipo de roteiro se mostra relevante para que os turistas compreendam o contexto em que determinados atrativos estão incluídos, entendendo a importância de cada um dentro de uma região.

Já os roteiros periféricos são aqueles que ocorrem ao entorno dos centros urbanos, também buscando explorar temáticas específicas. Estes podem ser excursões e circuitos. (BAHL, 2004).

É importante identificar a temática e o público-alvo destes roteiros, para que se possa estruturar os atrativos e equipamentos e planejar as estratégias de marketing de acordo com as necessidades dos consumidores. Por conta disso, é essencial entender as características da demanda que se pretende atingir.

2.1.2 Demanda Turística

Após apresentadas as principais características da oferta turística, é necessário entender que todos estes elementos devem estar de acordo com os desejos e necessidades de quem irá consumir este produto, ou seja, a demanda.

Ignarra (2003 p. 26) afirma que na economia a demanda se define como a “quantidade de um produto ou serviço que as pessoas estão dispostas a comprar a

cada preço deste produto ou serviço". Ou seja, existe uma relação entre a quantidade da demanda e o preço de mercado.

Já em relação à demanda mais específica do turismo, Balanzá e Nadal (2003 p. 47), deram a seguinte definição:

[...] constituída por todos aqueles turistas que, de maneira individual ou coletiva, se deslocam além de seu domicílio habitual, motivados pelos produtos ou serviços turísticos criados para satisfazer suas necessidades de lazer, recreio, descanso, diversão, cultura, etc., em seus períodos de lazer.

Cooper et. al. (2007) coloca que a demanda total do produto pode ser classificada em três grandes grupos, sendo eles: demanda real, reprimida e não-demanda.

Sobre a demanda real, Cooper afirma que esta é aquela que realmente viaja, são as pessoas que já estão realizando alguma atividade turística. Neste caso, a medição fica mais fácil e confiável.

Já sobre a demanda reprimida, o autor define como aquela parte da população que não viaja por algum motivo, porém, gostariam de consumir o produto turístico. Dentro desta definição, existem ainda dois sub grupos, que são o da demanda potencial, aquela que vai viajar no futuro caso seja possível; e a demanda adiada em função de algum problema ocorrido com a oferta, no caso da viagem, com o local de destino.

O terceiro tipo de demanda definido por Cooper é o da não-demanda, ou seja, aquelas pessoas que não possuem a vontade de viajar ou não têm condições financeiras para isto.

Cobra (2001) ressalta a necessidade de saber identificar e diferenciar a demanda real e a potencial, para que se possa definir ações de marketing para cada um destes grupos.

É importante ressaltar a necessidade de identificar as motivações da demanda, ou seja, o que leva as pessoas a viajar. Para tanto, é preciso analisar a demanda de acordo com uma abordagem mais psicológica, fazendo uma relação entre ela, características do comportamento humano e relações sociais. (ANDRADE FILHO, 2003)

É essencial entender a vontade e as características dos consumidores e saber qual o público que um produto visa atingir, para que as ações de marketing e

promoção possam ser efetivas. Estas características da demanda, juntamente com as da oferta, são fatores determinantes para segmentar o mercado turístico.

Segundo o MTur (BRASIL, 2006) a segmentação pode ser definida como “forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado”. Baseando-se na oferta, a segmentação vai definir os tipos de turismo, e com o enfoque na demanda, irá identificar grupos consumidores com características similares.

2.1.3 Segmentação e o Turismo Cultural

A segmentação do turismo visa identificar:

[...] os motivos da viagem; a composição do grupo de viagem; o âmbito geográfico da viagem; o local da prática do turismo; o tipo de transporte e alojamento utilizado; a época e a duração da viagem; os serviços requeridos; as atividades desenvolvidas; o tipo de viagem; o grau de fidelidade do consumidor; os gastos, além das características do comprador, como: nível de renda; características demográficas; econômicas; geográficas; e psicográficas entre outras. (RABAHY, 2005, p.153-154 apud BARRETO e REJOWSKI, 2009, p. 3).

Através destes itens os gestores de turismo conseguirão traçar estratégias para atender melhor a demanda que já visita o destino, bem como identificar o tipo de viajante que ainda pode atrair.

Petrocchi (2009) afirma que segmentar é identificar no mercado pessoas que possuem características e desejos semelhantes. Consiste, portanto, na divisão da população em grupos a fim de principalmente selecionar o público-alvo do destino. Para o autor, a segmentação é essencial para que a oferta turística seja estruturada adequadamente.

Alguns autores veem a segmentação do turismo como uma estratégia de marketing, visto que a teoria dos segmentos turísticos tem como base os conceitos de marketing. As empresas, tanto públicas quanto privadas, conseguem atingir ao consumidor de forma mais eficaz se o mercado estiver segmentado, pois dificilmente

um produto se adequará aos desejos e necessidades de toda a população. (PANOSSO NETTO, ANSARAH, 2009).

O mercado pode ser segmentado de acordo com as seguintes características: demográfica pessoal; demográfica sociocultural; demográfica socioeconômica; psicográfica ou comportamental. Dentro da segmentação demográfica sociocultural está o turismo cultural, tema deste capítulo, juntamente com turismo de estudos; turismo religioso e turismo de raízes. (VAZ, 1999)

O turismo cultural é definido por Barreto (2007) como todas as atividades turísticas onde a motivação principal não seja atrativos naturais, mas aspectos da cultura, história, cotidiano, artesanato ou outros elementos que fazem parte do conceito de cultura.

Uma definição mais completa afirma que o turismo cultural é

Uma segmentação do mercado turístico que incorpora uma variedade de formas culturais, em que incluem museus, galerias, eventos culturais, festivais, festas, arquitetura, sítios históricos, apresentações artísticas e outras, que, identificadas com uma cultura particular, fazem parte de um conjunto que identifica uma comunidade e que atraem os visitantes interessados em conhecer características singulares de outros povos (DIAS, 2006, p. 39).

Como se pode observar, a principal característica do segmento é a identidade cultural da comunidade, sendo que cada destino que tenha potencial ou que desenvolva o turismo cultural terá sua singularidade, se diferenciando dos demais.

Segundo o MTur (2006, p. 13), o turismo cultural

Compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Este segmento divide-se em diversos tipos, de acordo com o MTur (2010): turismo religioso, onde os turistas buscam atrativos e eventos espirituais ou religiosos; turismo místico e esotérico, caracterizado pela busca por rituais espirituais considerados alternativos; turismo étnico, que está ligado às vivências com o modo de vida de determinados grupos; turismo cinematográfico, que consiste na visita a locais que tiveram destaque na televisão ou no cinema; turismo arqueológico,

caracterizado pelo deslocamento motivado pelo interesse na cultura passada, em busca de vestígios que representem o processo evolutivo da sociedade; turismo gastronômico, onde turistas buscam pela culinária típica dos locais; enoturismo, que ocorre por conta de deslocamentos motivados pelo interesse em conhecer a produção de vinhos e turismo ferroviário, que ocorre quando a motivação é a realização de passeios de trem.

Além destes, vale destacar o turismo cívico, o qual a principal motivação é conhecer monumentos ou rememorar fatos que remetam a história e a política de um local. Para o MTur, estes monumentos se diferenciam dos demais justamente pelo seu caráter mais cívico, ou seja, relativos à pátria. Os elementos que compõem este tipo de turismo podem ser, além dos monumentos, acontecimentos e personalidades políticas ou históricas.

O turismo cultural tem como base bens tangíveis e intangíveis que podem ser protegidos através do tombamento, de acordo com a sua importância histórica e cultural.

O Tombamento é definido como

Ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservados. O tombamento se realiza pelo fato administrativo de inscrição ou registro em um dos livros do Tombo criados pelo Dec.-lei 25/37. (SOUZA FILHO, 2005, p. 83)

Assunção (2003) afirma que o ato de tomar do ponto de vista da cultura significa registrar em um livro, chamado Livro do Tombo. São registrados neste livro monumentos, documentos ou manifestações culturais que representem a identidade da cultura brasileira.

No Brasil, o órgão responsável em realizar estes tombamentos é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Este órgão se dedica a fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar os bens tombados. (IPHAN, 2013)

Segundo o IPHAN (2013) os patrimônios são divididos em materiais e imateriais. Sobre os bens materiais, eles podem estar inscritos em quatro categorias do Livro do tombo, de acordo com as suas características. Estas categorias são: arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico e belas artes.

Já em relação aos bens imateriais, pode ser tombado saberes, ofícios, celebrações, formas de expressão, entre outras práticas culturais. Neste caso, a preservação fica mais difícil, pois o bem não é palpável, possuindo apenas características abstratas, que devem ser repassadas de geração em geração dentro da cultura de um povo.

Para que estes bens tombados como patrimônio cultural sejam valorizados pelos turistas, é essencial que a comunidade local também tenha conhecimento da importância que os monumentos que estão em sua cidade têm em questões culturais. A educação patrimonial é uma maneira de passar estas informações à comunidade, fazendo com que esta entenda o significado e a importância do patrimônio. Esta é uma maneira de fazer com que a população aprecie de uma maneira diferente o lugar onde vivem, e assim repassem as informações aos turistas com esta visão mais voltada para os aspectos da cultura local. Além disso, conscientizar a população da importância do patrimônio é um instrumento para que este seja conservado, fortalecendo os sentimentos de identidade e cidadania. (MTUR, 2006).

O patrimônio cultural, quando inserido em um contexto urbano, faz parte da construção da imagem de uma cidade, e a sua conservação deve estar prevista dentro das políticas públicas de planejamento urbano, como um serviço público.

2.2 PLANEJAMENTO DAS CIDADES

Como o objeto de estudo deste trabalho se encontra em uma área urbana, é importante abordar os elementos essenciais do planejamento e do turismo no contexto urbano.

As cidades são vistas como aglomerações de pessoas, habitações e espaços destinados aos mais variados fins. Com o crescimento destas cidades, o planejamento urbano é utilizado pelos governantes como forma de criar serviços de infraestrutura que atendam às necessidades da população local.

Outro papel importante do planejamento urbano é criar opções para uma ocupação ordenada do solo, para que moradias, empresas, parques, escolas,

serviços de saúde e outras áreas estejam inseridas em locais adequados dentro do perímetro urbano. Este planejamento é necessário para que o crescimento da cidade ocorra de forma ordenada, devendo sempre pensar em como os espaços poderão ser utilizados futuramente. Vale ressaltar que o planejamento deve estar aliado sempre à legislação urbanística. (CASSILHA, G. A; CASSILHA, S. A, 2009)

Souza e Rodrigues (2004) ressaltam que o planejamento urbano é realizado sempre pensando no futuro, e deve focar em maneiras de se prevenir problemas e buscar formas de melhorar o aproveitamento dos espaços. É importante lembrar que quanto mais os espaços urbanos crescem, proporcionalmente a infraestrutura deverá ser melhorada.

Portanto, para se planejar o turismo em áreas urbanas, deve-se inicialmente saber a capacidade de carga do local, tanto para moradores quanto para receber os visitantes. Também é necessário prever as alterações que poderão ser feitas para melhorar a infraestrutura do local, pensando na comunidade local e nos visitantes. O planejamento do turismo deve se iniciar com a delimitação física do destino, realizando um diagnóstico do que já existe e quais as adaptações necessárias para se implantar a atividade turística. (PETROCHI, 2009).

Existem diversas políticas urbanas que influenciam no planejamento dos municípios, sendo uma delas o plano diretor.

2.2.1 Plano Diretor

Um dos instrumentos do planejamento urbano municipal é o plano diretor, definido por Cassilha G. e Cassilha S. (2009) como “conjunto de preceitos e regras orientadoras da ação dos diversos agentes que além de construir também utilizam o espaço urbano”. É criado em forma de lei, e é um instrumento para definir intervenções urbanas futuras dentro das cidades. O documento deve conter orientações para a utilização do espaço urbano, estabelecendo como deverá ser a ordenação deste espaço, objetivos a serem atingidos pelos poderes públicos e privados, e, ações com prazos definidos.

Custódio (apud LEITE e FILHO, 2004) afirma que as diretrizes do plano diretor devem estar de acordo com a Lei Federal sobre o desenvolvimento urbano, entre outras legislações relacionadas.

O plano diretor deve ser criado como uma forma de realizar a reforma urbana, possuindo uma função social do espaço urbano. Além disso, deve definir as funções do poder público e privado na gestão destes espaços e determinar quais serão os investimentos necessários em cada ação definida. (BUENO, CYMBALISTA, 2007).

Da mesma forma que os autores citados acima, Pagani (2009) afirma que o plano diretor é um instrumento que visa ordenar as cidades, surgindo como alternativa à falta de leis que disponham das diretrizes que devem ser seguidas no planejamento.

Uma das técnicas instituídas no plano diretor para a divisão racional da cidade é o zoneamento. Para a realização desta técnica, é necessário realizar a inventariação e diagnóstico das diferentes áreas e espaços de uma cidade, seus usos reais e potenciais e as limitações destes espaços. (LITTLE, 2003).

2.2.2 Zoneamento

Para Mesquita (2008) o zoneamento tem sido cada vez mais utilizado pelos municípios no processo de planejamento urbano, afirmando que este tem por objetivo controlar os espaços urbanos e buscar uma maior equidade na utilização.

Souza Júnior (2007) afirma que o zoneamento é

[...] técnica ordenadora do espaço territorial, cuja intenção principal é a divisão do espaço em parcelas para efeito de estímulo, inibição ou vedação das atividades dos particulares; visa regular o uso da propriedade do solo e dos edifícios em áreas homogêneas no interesse coletivo do bem-estar da população [...] (p. 101)

É através do zoneamento que o Poder Público irá instituir qual a função de cada área da cidade, delimitando quais as atividades serão permitidas dentro de um determinado espaço urbano.

Deák e Schiffer (2004) definem zoneamento como uma legislação urbanística que faz parte do processo de planejamento urbano. O zoneamento é importante, pois através dele se criam regiões específicas para cada tipo de atividade, facilitando, inclusive, a preservação dos espaços.

Souza Júnior (2007) ainda afirma que o zoneamento urbano pode ser dividido em três zonas: urbana, de expansão urbana e rural. Dentro das zonas urbanas ainda existem: zonas residenciais, comerciais e de serviços, de uso industrial, uso misto e conservação ambiental.

Di Sarno (2004) também defende que existem diversos tipos de zoneamento, como ambiental, urbano, industrial, entre outros. Para a autora, podem ser utilizados critérios para a definição destas zonas, considerando fatores como a proibição de alguma atividade dentro de uma determinada região.

O zoneamento é importante, pois através dele é possível

Assentar as diretrizes pelas quais deve ser norteada a estruturação da cidade e dita as normas de uma legislação a ser cumprida a fim de que atividades heterogêneas não possam entrar em conflito, travando a harmonia orgânica do conjunto. (PUPPI, 1981, p. 112)

Puppi (1981) ainda especifica cada tipo de zoneamento que pode ser realizado, trazendo uma abordagem mais ampla sobre as zonas urbanas, afirmando que dentro destas ainda existem outros tipos de zonas. As zonas citadas por Puppi são: zona cívico-administrativa; zona residencial; zonas comerciais; zona industrial; zona recreativa e zonas agrícolas e rurais. O autor ainda ressalta que algumas cidades em particular, principalmente cidades grandes, necessitam da criação de zonas especiais.

Aqui serão especificadas mais detalhadamente as zonas cívico-administrativas, visto que o objeto de estudo deste trabalho pode se enquadrar nestas áreas.

2.2.3 Zonas Cívico-administrativas

As zonas cívico-administrativas são pouco abordadas quando se trata de zoneamento urbano. Puppi (1981) as define como áreas onde estão concentrados os principais órgãos do Poder Público de uma Cidade ou Estado, reunindo órgãos dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário.

Puppi afirma ainda que as zonas Cívico-administrativas podem desdobrar-se em duas áreas, sendo uma para abrigar as sedes dos órgãos públicos e outra para o setor comercial da cidade. O autor cita alguns requisitos que o local onde serão implantadas estas zonas deve seguir, como facilidade no acesso, áreas com espaço para circulação de veículos e pedestres, bem como espaço para estacionamento.

A criação destas áreas específicas para a administração pública ocorre com maior frequência em cidades grandes, visto que em cidades menores o centro administrativo fica na mesma região que o centro comercial.

O Centro Cívico de Curitiba, objeto de estudo desta pesquisa, é um exemplo de zona cívico-administrativa, pois ele abriga órgãos do governo do Município e do Estado, sendo que já foi planejado e criado para este fim.

2.3 CENTRO CÍVICO NO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

Tendo sua fundação em 29 de março de 1693, a cidade de Curitiba é a capital do Estado do Paraná, na Região Sul do País. O planejamento urbano da cidade teve início em 1903, quando foram criadas as primeiras posturas de hierarquização do uso do solo, sendo revisado em 1930. (PORTAL IPPUC, 2013)

Entre 1906 e 1916, durante o mandato de Cândido de Abreu como prefeito, foram realizadas diversas obras por Curitiba, dentre elas o Paço Municipal, Mercado Provisório e reforma do Passeio Público. Além disso, foi doado um terreno onde foi construído o prédio central da Universidade Federal do Paraná. (FCC, 2000).

Já em 1919 foi sancionada uma lei que previa uma reformulação no Código de Posturas da Cidade. Estas mudanças já mostravam que existia uma preocupação

com o crescimento de Curitiba. Também nesta reformulação houve uma melhor delimitação das zonas da cidade. Em 1920, quando o prefeito era Moreira Garcez, foi realizado um planejamento para que Curitiba crescesse ainda mais, com a criação de novas avenidas para expandir o crescimento da cidade para a região sul. (FCC, 2000).

Na década de 1930 a cidade foi dividida em três zonas, sendo elas: I - Central com comércio e moradias de alto padrão; II - fábricas e moradias para operários tidos como mais qualificados e III – moradas de operários menos qualificados e sitiadas.

Mesmo com estas mudanças no planejamento urbano, somente em 1943 Curitiba teve um plano urbanístico mais formal, o Plano Agache, encomendado pela prefeitura a uma empresa paulista, que contratou o arquiteto Alfred Agache para elaborá-lo. Neste plano era previsto um crescimento radial da cidade, definindo áreas para habitação, indústrias, propostas de reestruturação das vias e novas medidas de saneamento. O Plano Agache previa a criação de várias zonas com diferentes funcionalidades, sendo eles um centro militar, um esportivo, um de abastecimento, de educação, um industrial, alguns de lazer e um administrativo (Centro Cívico). (PREFEITURA DE CURITIBA, 2013).

Na década de 1950 o Plano Agache começou a ficar obsoleto, devido ao grande crescimento urbano de Curitiba. Por conta disso, foi necessário criar uma nova lei para ordenar a ocupação e o uso do solo. A partir da década de 1960 passou-se a pensar na necessidade da criação de um novo Plano Diretor, que fosse compatível com conceitos mais atuais de urbanismo. (FCC, 2000).

Em 1964 foi criado um Plano Preliminar de Urbanismo, chamado Plano Serete. O plano, que foi discutido com a população, propunha melhorias na qualidade de vida da Cidade, através de um projeto de expansão urbana. Em 1965 foi criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, que tinha como função acompanhar a execução deste plano. (IPPUC, 2013).

A partir da criação o IPPUC, Curitiba passou a contar com diversos projetos de intervenções urbanísticas e sociais. Dudeque (2001, p. 224) explica que estes projetos eram voltados para

[...] os campos de educação, pavimentação, trânsito, sistema viário, recreação, zoneamento, turismo, transporte de massas, região

metropolitana, desenvolvimento do setor histórico, bacia hidrográfica, adensamento populacional e uso do solo.

Por conta destes projetos, o IPPUC foi considerado modelo de gestão pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, através de uma carta apresentando as soluções urbanas de Curitiba para todo o País.

Em função do trabalho realizado com base no Plano Serete, foi elaborado e entregue o Plano Diretor de Curitiba, em 1966, propondo um novo modelo de expansão urbana.

2.3.1 Plano Diretor de Curitiba e Zoneamento

Antes de explicar sobre o Plano diretor, é necessário lembrar que a primeira lei de zoneamento da cidade foi criada em 1953, em função do Plano Agache. Também nesta época o transporte coletivo foi normatizado, passando a ter itinerários seletivos, ou seja, passava por zonas da cidade onde alguma empresa tinha exclusividade na circulação dos transportes. (CUSTÓDIO, 2006)

A primeira lei do Plano Diretor de Curitiba é de 1966 (IPPUC, 1966), e visava melhorar as condições para o desenvolvimento do bem-estar da sociedade de Curitiba e da região metropolitana. Neste documento também foi tratado sobre o zoneamento e diretrizes para o uso do solo, e segundo o que consta nele, o IPPUC ficaria responsável por delimitar as áreas e definir em qual tipo de zonas elas se encaixam. De acordo com esta lei, o município é dividido em três áreas, sendo elas: urbana, de expansão urbana e área rural. Cada uma destas áreas possui a sua divisão e restrições de uso específicos dentro do plano. O Plano Diretor citava também setores especiais existentes ou que poderiam vir a surgir na cidade, entre eles um setor cívico. O uso destes setores, segundo o que consta no plano, deveria ser proporcionado pelo IPPUC (IPPUC, 2004).

Também em 1966 foi aprovada uma lei de zoneamento que limitava o crescimento da zona central da cidade, estabelecia os setores estruturais, definiu zonas residenciais e áreas para expansão urbana. Em 1969 o zoneamento foi revisto, definindo novas zonas comerciais e residenciais. Já em 1971, dois fatos

tiveram influencia no planejamento urbano da cidade: criação da lei que regulamentava o uso do solo e do sistema viário e delimitação do Setor Histórico de Curitiba. (PORTAL IPPUC, 2013)

Em 1972 foi realizada uma nova revisão no plano, modificando as propostas de expansão urbana. Nesta época a rua XV de Novembro foi fechada para uso exclusivo dos pedestres, sendo a primeira cidade do país a criar este tipo de espaço. Em 1974 o plano teve que ser revisado novamente, devido a implantação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC - em uma área de expansão urbana. (PORTAL IPPUC, 2013)

No ano de 1975 foi estabelecida uma lei que limitou a ocupação das zonas residenciais periféricas e motivou que áreas próximas aos setores estruturais fossem ocupadas, principalmente pelo setor de comércio e serviços. Em 1980 foram criados os Setores Especiais de Habitação de Interesse Social. (PORTAL IPPUC, 2013)

Em 1982 o IPPUC criou a Lei do Solo Criado, que entre outras finalidades, visava preservar o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Curitiba. Esta preservação seria feita através da transferência de potencial construtivo de locais de importância histórica, cultural ou arquitetônica para outra área da cidade. (PORTAL IPPUC, 2013)

A cidade passou a ter novas diretrizes para o desenvolvimento urbano e administração em 1985, com a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMDU, que entre outras ações, previa a criação de zonas de administrações regionais. (FCC, 2000).

Havia uma preocupação da prefeitura em descentralizar a administração municipal, e a partir de 1995 foram inauguradas as Ruas da Cidadania, implantadas nas regiões de Curitiba. (FCC, 2000).

Com a criação do Estatuto da Cidade em 2001, começou a ser discutida a adaptação do Plano Diretor de Curitiba a esta lei. Por conta disso, em 2004 foi apresentado um novo plano diretor para a cidade, baseado no que já estava em vigor.

De acordo com a Lei nº 11266 (CURITIBA, 2004), que dispunha da adequação do Plano Diretor de Curitiba, este teve que passar por algumas mudanças, incluindo itens que ainda não tinham sido explorados e excluindo outros que não condiziam com o que estava no Estatuto da Cidade.

O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual foram incluídos no plano e definidos como prioridade e instrumentos básicos no processo de planejamento. Também ficou definido que o plano diretor deveria estar de acordo com planos nacionais, regionais e estaduais no que se refere a ordenação do território e com o planejamento da região metropolitana. (CURITIBA, 2004)

As principais alterações realizadas foram em relação ao sistema viário e as diretrizes para o zoneamento urbano. A área urbana de Curitiba foi dividida em seis grandes áreas, visando uma melhor utilização destes espaços. Dentre elas estão as áreas com destinação específica, que têm por característica a existência ou previsão de utilização do espaço por setores que por sua finalidade exijam se estabelecer em áreas próprias, como é o caso do Centro Cívico. (CURITIBA, 2004).

2.3.2 Centro Cívico de Curitiba

Desde a sua criação em 1953, em função do centenário da Emancipação Política do Paraná, o Centro Cívico de Curitiba - CCC - passou a abrigar os principais órgãos públicos de Curitiba e do Paraná. A cidade foi a primeira a criar um centro administrativo do poder público no Brasil, que tinha por finalidade abrigar os altos órgãos da administração do Estado. Hoje, no local estão as sedes dos três poderes: legislativo, executivo e judiciário. (JORNAL CENTRO CÍVICO, 2013)

Após a adequação do Plano Diretor, o IPPUC elaborou planos regionais, a fim de criar diretrizes e propostas para um melhor desenvolvimento urbano. Por conta destes planos, os bairros de Curitiba foram divididos em regiões (FIGURA 1), e o Centro Cívico está inserido na região Matriz da cidade, conforme figura 2.

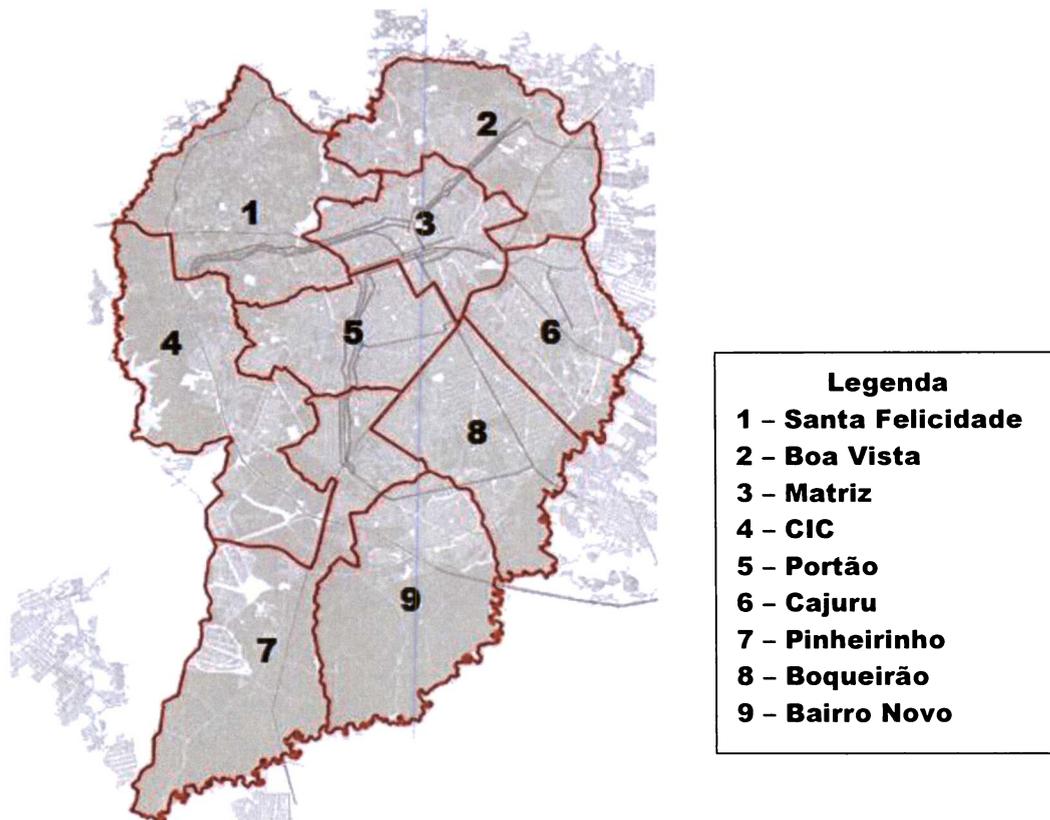


FIGURA 1 – MAPA DAS REGIÕES DE CURITIBA
 FONTE: ADAPTADO DE PLANOS REGIONAIS – IPPUC (2013)



FIGURA 2 – MAPA DA REGIÃO MATRIZ - LOCALIZAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DE CURITIBA
 FONTE: ADAPTADO DE PLANOS REGIONAIS – IPPUC (2013)

No Plano Regional da região Matriz, são apresentadas quatro diretrizes, incluindo os diversos bairros da região. Na diretriz 2, chamada de “Marcos da Identidade”, é proposto que o Centro Cívico seja valorizado como referência da arquitetura modernista do Paraná. Também se propõe que seja feita uma reestruturação nos parâmetros de ocupação e um novo paisagismo, padrão de calçadas e iluminação. Com as mesmas propostas da diretriz 2, porém propondo parcerias para viabilizá-las, a diretriz 3 também cita o Centro Cívico de Curitiba. Vale ressaltar que estes planos são feitos em conjunto com lideranças locais, sendo que a população pode opinar sobre o que precisa ser feito na região. (IPPUC, 2013)

Devido a sua grande importância histórica e arquitetônica, em 2012 o Conjunto Urbanístico e Arquitetônico do Centro Cívico de Curitiba foi tombado como Patrimônio Histórico do Paraná (ANEXO 1). Os bens tombados foram Palácio Iguazu (FIGURA 4), Escola Tiradentes, Praça 19 de Dezembro, Prefeitura Municipal, Casa da Criança, Tribunal do Júri, Palácio da Justiça, Assembleia Legislativa do Paraná, Tribunal de Contas, Edifício Castelo Branco, anexo ao Museu Oscar Niemeyer e toda a extensão da Avenida Cândido de Abreu (FIGURA 5). O mapa abaixo demonstra a disposição destes bens tombados, através dele percebe-se a proximidade destes monumentos.



FIGURA 3 – MAPA DOS BENS TOMBADOS
 FONTE: GOOGLE MAPS (2013)



FIGURA 4 – PALÁCIO IGUAÇU
 FONTE: CIRCULANDO POR CURITIBA. (2013)



FIGURA 5 – AVENIDA CÂNDIDO DE ABREU
FONTE: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. (2013)

Estes bens tombados são de propriedade da Prefeitura ou do governo do Estado. (SECRETARIA DA CULTURA, 2012).

Além destes, outros bens do Centro Cívico já eram tombados, sendo eles o Colégio Estadual do Paraná, o Passeio Público, o Palacete Leão Júnior e o Parque Estadual Papa João Paulo II (Bosque do Papa).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é definida por Gil (2009, p. 26) como “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico”. Para o autor, as pesquisas têm como objetivo encontrar respostas aos problemas, através de procedimentos metodológicos.

A metodologia é vista por Denker (1998) como maneira de englobar tudo o que é feito para se adquirir conhecimento em determinado assunto. Segundo a autora, existem diversos métodos para conseguir as informações. Um deles seria definir as técnicas de pesquisa quanto aos objetivos, podendo ser exploratórias, descritivas e explicativas.

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização das pesquisas, explicando o tipo de pesquisa e as técnicas de coleta de dados e respectivas análises .

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

As pesquisas tiveram caráter exploratório e descritivo. A exploratória se aplicou a este trabalho por se caracterizar como aquela que busca desenvolver, esclarecer ou modificar conceitos, tendo em vista principalmente a formulação de problemas mais precisos. Neste tipo de pesquisa, normalmente são realizadas pesquisas bibliográficas ou estudos de caso. (GIL, 2009).

Da mesma forma, Denker (1998, p. 151) afirma que a pesquisa exploratória “procura aprimorar idéias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análises de exemplos similares”.

Dentro do tipo exploratório, se utilizou neste trabalho as pesquisas bibliográfica e documental. As duas compuseram o item 2 - revisão de literatura e parte das análises dos resultados, sendo que também basearam a construção da metodologia. Para Denker (1998) estas se diferem pela primeira ser desenvolvida

através de materiais já elaborados e publicados, enquanto a segunda consiste em materiais que ainda podem ser reelaborados e não receberam tratamento analítico. Na pesquisa bibliográfica, foram pesquisados livros e artigos científicos buscando diversos conceitos referentes ao tema. A pesquisa documental também foi necessária, sendo que os principais documentos utilizados foram os da Secretaria de Estado da Cultura, com dados referentes ao tombamento do Centro Cívico, e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, onde foram encontrados arquivos sobre o planejamento urbano da cidade e o Plano Diretor.

Também se utilizou a pesquisa do tipo descritiva, que tem por finalidade observar, registrar, analisar e correlacionar fatos, sem a interferência do pesquisador. Rampazzo (2005) afirma que através do estudo descritivo é possível identificar características acerca do tema. No caso deste trabalho, pretendia-se também analisar e descrever o uso atual e possível de cada um dos atrativos que foram tombados no Centro Cívico de Curitiba. Nesta etapa foi necessário realizar entrevistas com os órgãos públicos de turismo e cultura a nível municipal e estadual. Para Pádua (2004) esta técnica possibilita a análise dos dados de maneira quantitativa e qualitativa, sendo uma das maneiras mais eficientes de coleta de dados em pesquisa de campo.

Pode-se ainda se dizer que as pesquisas se caracterizaram como de caráter qualitativo, que segundo Banks (2009) consiste em estabelecer conceitos do assunto estudado, utilizando-se também de pesquisas bibliográficas, documentais e estudos de caso.

3.2 MÉTODOS E TÉCNICAS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para responder ao problema de pesquisa, inicialmente foi necessário se utilizar de dados secundários, que segundo Cobra (2009) são “obtidos de publicações e outras fontes com o objetivo de solucionar problemas específicos”. O autor ainda afirma que estes dados além de trazerem informações acerca do problema, podem servir como fontes de inspiração para novas ideias. Nesta etapa, a pesquisa foi realizada em livros, artigos científicos, teses ou dissertações, e em

documentos da Secretaria de Estado da Cultura e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC.

Os dados primários foram coletados através de pesquisa de campo, com entrevistas com os órgãos de turismo, sendo Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e Secretaria de Estado de Turismo do Paraná, e de cultura, sendo a Secretaria de Estado da Cultura. Estava prevista entrevista com a Fundação Cultural de Curitiba, que acabou não sendo realizada, como explicado no capítulo de análises.

O quadro abaixo (QUADRO 1) demonstra de maneira simplificada como foi realizada a coleta dos dados:

Objetivos	Coleta de dados	Técnica de pesquisa
Mapear os atrativos tombados no Centro Cívico de Curitiba.	Pesquisa em documentos da Secretaria da Cultura de Curitiba que dizem respeito ao tombamento do CCC.	Pesquisa documental.
Pesquisar sobre o processo de tombamento do CCC.	Pesquisa em documentos da Secretaria da Cultura de Curitiba.	Pesquisa documental.
	Entrevista com representantes da Secretaria de Estado Cultura.	Técnica de entrevista.
Verificar como o CCC é tratado no Plano Diretor e em outros documentos de planejamento urbano de Curitiba.	Pesquisa em documentos do IPPUC.	Pesquisa documental.
Identificar o uso turístico real e/ou potencial de cada um destes locais.	Entrevista com os órgãos públicos de turismo.	Técnica de entrevista.
Identificar se o CCC é promovido através de materiais impressos, sites, linha turismo, roteiros ou outros meios.	Pesquisa em sites e materiais promocionais do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, Secretaria de Estado de Turismo do Paraná e do Núcleo de Turismo de Curitiba.	Pesquisa documental.
Pesquisar casos de utilização de centros cívicos ou similares no Brasil para o Turismo.	Pesquisa em meios digitais e através das entrevistas.	Pesquisa documental e técnica de entrevista.
Verificar a existência de dados sobre a demanda turística real e/ou potencial do CCC.	Entrevistar representantes do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e Secretaria de Estado de Turismo do Paraná.	Técnica de entrevista.

Objetivos	Coleta de dados	Técnica de pesquisa
Investigar como o CCC é tratado pelos órgãos de turismo e de cultura municipais e estaduais.	Entrevistar representantes do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba e Fundação Cultural de Curitiba, a nível Municipal; e das Secretarias de Estado de Turismo e de Cultura do Paraná, a nível Estadual.	Técnica de entrevista.

QUADRO 1 – OBJETIVOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

FONTE: A Autora (2013)

3.2.1 Construção do instrumento de coleta dos dados

Existem diversas técnicas que podem ser utilizadas nas entrevistas, e a escolhida para este trabalho foi a semi-estruturada, que é aquela onde o pesquisador organiza as questões sobre o tema, porém, é permitido ao entrevistado fugir um pouco às perguntas, desde que não saia do tema principal. (PÁDUA, 2004).

O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir dos objetivos específicos da pesquisa e das informações adquiridas no marco teórico. Foram criados formulários, que segundo Denker (1998) devem conter questões organizadas e sistematizadas, em busca de obter informações específicas. Para cada local onde foram realizadas as entrevistas foi elaborado um formulário, sendo que algumas questões se repetiram para que posteriormente pudessem ser feitas comparações.

A seguir são apresentadas as variáveis que foram utilizadas na criação de cada um dos formulários, separados por órgão a ser entrevistado. Os formulários completos utilizados encontram-se nos apêndices deste trabalho.

Na entrevista com a Secretaria de Estado da Cultura, pretendia-se identificar:

- a) Quando se iniciou o processo do tombamento do Centro Cívico de Curitiba;
- b) Quais foram as principais etapas no processo de tombamento;
- c) Como o CCC é tratado atualmente pelo órgão;

Já na entrevista com a Secretaria de Turismo do Paraná e com o Instituto Municipal de Turismo, as variáveis foram:

- a) Identificar se o CCC é utilizado de alguma maneira para o turismo;
- b) Verificar se algum dos bens que foram tombados é utilizado para o turismo de maneira individual;
- c) Descobrir se o órgão possui algum plano para o desenvolvimento do turismo no CCC;
- d) Verificar a existência de estudos de demanda no CCC;

Para identificar se o CCC é promovido turisticamente, também foi realizada uma busca de materiais promocionais e sites do IMT e do Núcleo de Turismo Receptivo de Curitiba. Nesta etapa, o estudo foi descritivo.

3.2.2 Tabulação e interpretação dos dados

O objetivo da tabulação e análise dos dados é organizar de maneira ordenada todas as informações, de forma que seja possível responder ao problema de pesquisa. A tabulação dos dados é a parte inicial do processo de análise dos resultados. (DENKER, 1998)

Para facilitar a tabulação das entrevistas, estas foram realizadas com gravador, sendo que foram previamente aprovadas pelos entrevistados. A transcrição foi feita de acordo com técnicas defendidas por Guerra (2006), que é feita diretamente no computador, sendo em um primeiro momento transcrito tudo o que for audível na gravação e posteriormente revisado, preenchendo as lacunas que ficaram na primeira audição.

Posteriormente foi realizada uma relação entre o que foi respondido pelos entrevistados e o que foi apresentado na revisão de literatura deste trabalho, consistindo em uma análise qualitativa. Através destas relações pode-se identificar se o Centro Cívico de Curitiba é utilizado como atrativo turístico histórico-cultural urbano.

A análise dos materiais promocionais do Centro Cívico e da sua divulgação nos sites de turismo do Município e do Estado também será apresentada na próxima etapa do trabalho, consistindo em uma análise descritiva.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

Após a realização das pesquisas de gabinete e de campo, neste capítulo serão apresentados os resultados obtidos, bem como uma interpretação dos dados coletados. Esta etapa é essencial para que se possa responder ao problema de pesquisa e atingir os objetivos, para que posteriormente seja elaborada uma proposta para o local que está sendo estudado.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Conforme informado no capítulo anterior, optou-se pela realização de pesquisas de caráter exploratório e descritivo.

Dentro do exploratório, se utilizou as técnicas bibliográfica, documental e as entrevistas com atores-chave do processo, tanto da área de turismo como de cultura, no âmbito do município e do Estado.

No caráter descritivo, foram realizadas pesquisas em meios eletrônicos e impressos que continham informações do objeto de estudo.

As pesquisas bibliográfica e documental foram base para construção dos Capítulos 2 e 3, e também foram fundamentais para efetividade das entrevistas com especialistas das áreas de cultura e turismo do Município e do Estado. Abaixo seguem os resultados obtidos com as entrevistas e a pesquisa descritiva em materiais impressos e meios eletrônicos.

4.1.1 Entrevistas com atores-chave nas áreas de Cultura e Turismo

Estavam previstas quatro entrevistas, sendo elas com um representante do Instituto Municipal de Turismo - IMT, um da Secretaria de Estado de Turismo – , um da Fundação Cultural de Curitiba – FCC e um da Secretaria de Estado da Cultura. A entrevista com o FCC não foi realizada, pois o órgão não possui responsabilidade

sobre os bens tombados em Curitiba, sendo que o responsável por isso a nível municipal é o IPUCC. As demais entrevistas foram realizadas, sendo que na SEEC foram dois entrevistados, e para facilitar o entendimento, os dois serão citados como entrevistado 1 e entrevistado 2. O roteiro destas entrevistas encontra-se no apêndice deste trabalho.

Foi perguntado a todos os entrevistados se houve a participação deles ou do órgão em que atuam no processo de tombamento do Centro Cívico de Curitiba. Segundo o que foi dito pela representante do IMT, não houve a participação do órgão neste processo, como também não houve no Conselho do Patrimônio. Na mesma questão, a entrevistada afirmou que também não houve uma participação direta da SETU, mas que o diretor-presidente da Paraná Turismo e um arquiteto participaram, o mesmo técnico que agora está na SEEC e foi entrevistado, pois participavam do Conselho. Posteriormente o arquiteto esclareceu que participava sim do Conselho, porém como representante da comunidade de arquitetos, e não da Paraná Turismo.

Ainda em relação a questão anterior, o entrevistado da SEEC afirmou que sua participação como conselheiro foi auxiliar na elaboração do parecer técnico que decidiu pelo tombamento do Centro Cívico, e para justificar a motivação pela qual o setor deveria ser tombado. Ele ainda disse que a Paraná Turismo era representada no Conselho pelo diretor-presidente do órgão.

As questões mais relacionadas ao tombamento foram feitas para o arquiteto da SEEC, visto que ele teve participação no Conselho do Patrimônio. Quando questionado sobre de onde partiu a iniciativa de tombar o Centro Cívico, ele afirmou que quem realiza a parte administrativa é o Conselho, porém a ideia possivelmente surgiu da comunidade de arquitetos. O entrevistado ainda ressalta que este processo estava parado há algum tempo, e somente em 2011 ele foi aprovado.

Posteriormente foi questionado quanto às medidas tomadas para a preservação destes atrativos. O representante da SEEC afirmou que qualquer alteração a ser feita nos bens que foram tombados e até no seu entorno, devem passar por aprovação do Conselho, que vai avaliar quais impactos estas mudanças podem causar na paisagem do local. Os projetos que forem apresentados para fazer mudanças nestes monumentos devem se adequar a algumas normas, para que a paisagem arquitetônica não sofra alterações. Salienta-se que os projetos

apresentados ao Conselho podem ser aprovados, reprovados ou repassados a uma comissão técnica, que apresenta alternativas.

Após entender mais sobre o tombamento do CCC, as perguntas foram mais direcionadas as questões do turismo. Foi questionado aos entrevistados se eles acreditam que atualmente o CCC é utilizado para o turismo. As entrevistadas dos órgãos de turismo acreditam que sim, pelo local ser rota da Linha Turismo. A representante da SETU disse acreditar que grande parte dos *city-tours* passam por esta área, porém eles não contêm uma abordagem com foco no planejamento urbano ou tendo o Centro Cívico como um tema.

Já o segundo representante entrevistado da SEEC acredita que o local não é utilizado para o turismo, e é pouco valorizado. Ele afirma que o CCC não é visto como parte da cultura e que as pessoas não tem o conhecimento sobre o que ele significou para a arquitetura brasileira, sobre a sua concepção, que inclusive antecede Brasília. Ele ainda ressalta que estas questões ainda não chegaram à população.

Do ponto de vista do entrevistado 1 da SEEC, ainda não existe a exploração do potencial arquitetônico do centro cívico, com a exceção para o Museu Oscar Niemeyer – MON que já é bem explorado. Ele afirma que o MON não é visto nem divulgado como parte do Setor Centro Cívico, sendo visto mais como um atrativo isolado.

As entrevistadas do IMT e da SETU responderam se algum dos bens que foram tombados é utilizado para o turismo, sendo que foi citado o MON, a Praça Nossa Senhora de Salete e o Passeio Público.

Também foi questionado a todos os entrevistados se eles acreditam que o Centro Cívico tem potencial para receber a atividade turística, e qual a melhor forma para isso. Todos afirmaram acreditar no potencial da região, que para eles deve ser melhor aproveitado. Para a representante do IMT, seria interessante a criação de um roteiro pelo CCC, realizado a pé e guiado, com mais de uma abordagem, mas destacando a história do mesmo. A entrevistada da SETU acredita que questões como turismo cívico e planejamento urbano poderiam ser abordadas, afirmando que o CCC possui uma riqueza cultural que poucas pessoas conhecem. Ela ainda ressalta o projeto de criação do centro cívico, da integração dos prédios e praças, pois poucas pessoas sabem que a região faz parte de um projeto arquitetônico.

O entrevistado 2 da SEEC acredita que o potencial turístico do CCC está no resgate às questões urbanísticas e arquitetônicas da cidade, sendo completado pelo outro entrevistado que afirma que o turismo pode ser uma maneira de aproximar a população da região onde se concentram os principais órgãos do poder público do Estado e do Município. O representante 1 explica que os prédios tombados possuem acervos interessantes, como mobiliários, pinturas, esculturas e outras obras de arte. Porém, para ele houve uma certa apropriação dos espaços pelo Estado, existem áreas que hoje são estacionamento e que antigamente eram praças, e os prédios são protegidos por cercas, que, para ele, desqualificam a paisagem do CCC.

Os arquitetos da SEEC ainda citam o uso sazonal da Avenida Cândido de Abreu, que é utilizada para algumas manifestações culturais como Carnaval e desfile de Sete de Setembro. O entrevistado 2 afirma que este tipo de manifestação popular ajuda a população a se apropriar do espaço.

Quando indagados sobre quais dos bens tombados poderiam atrair mais a atenção dos turistas, os mais citados foram o MON, que já é referência no turismo de Curitiba e o Palácio Iguaçu, principalmente por questões arquitetônicas e culturais. A representante do IMT também destacou o Passeio Público e o Bosque do Papa, enquanto os arquitetos destacaram que, se fossem recuperados os aspectos originais, a Prefeitura também poderia se tornar um atrativo.

Também foi questionado aos entrevistados sobre a existência de algum plano para o desenvolvimento do turismo no CCC. Os representantes da SEEC responderam que, de quando estavam na Paraná Turismo, não existia nenhum projeto por parte do órgão, mas que duas arquitetas estavam propondo um roteiro de arquitetura moderna em Curitiba, o qual incluía o CCC. Já a entrevistada do IMT explicou que no Instituto também não existem projetos, explicando que existe por parte da prefeitura planos para reestruturar a Avenida Cândido de Abreu, e para ela isto poderá trazer algum benefício para o turismo.

Ao serem questionados sobre algum exemplo de centro cívico ou similar que seja utilizado para o turismo no Brasil, todos os entrevistados lembraram o caso de Brasília. A representante da SETU cita que o CCC se destaca das demais áreas administrativas do Brasil por ser separada do setor histórico, e isto pode ser tratado como um diferencial. Ela acredita que é possível tomar como exemplo a experiência que Brasília tem em se trabalhar com o turismo cívico, apesar de o apelo político da Capital Nacional ser maior.

4.1.2 Pesquisa Descritiva

Além das entrevistas, foi necessário realizar pesquisa descritiva para responder a alguns objetivos específicos. Um deles era se o CCC é promovido através de materiais impressos, sites, linha turismo, roteiros ou outros meios, e como ocorria esta divulgação. Além disso, nesta etapa também será apresentada uma breve descrição a respeito dos bens que foram tombados.

4.1.2.1 Pesquisa em materiais impressos e meios eletrônicos

Pesquisando no site oficial de turismo de Curitiba, encontrou-se apenas a divulgação do Bosque do Papa, como demonstrado na figura 5, e do Passeio Público (FIGURA 6). Já no site da Secretaria de Estado de Turismo, não existe a divulgação de atrativos em específico, porém são divulgados roteiros que passam pela região do centro cívico.

Também foi realizada pesquisa nos sites das empresas que fazem parte do núcleo de turismo receptivo de Curitiba. Verificou-se que algumas realizam roteiros que passam pela região do centro cívico, principalmente Museu Oscar Niemeyer e Bosque do Papa. Porém o centro cívico não é o tema principal destes passeios.

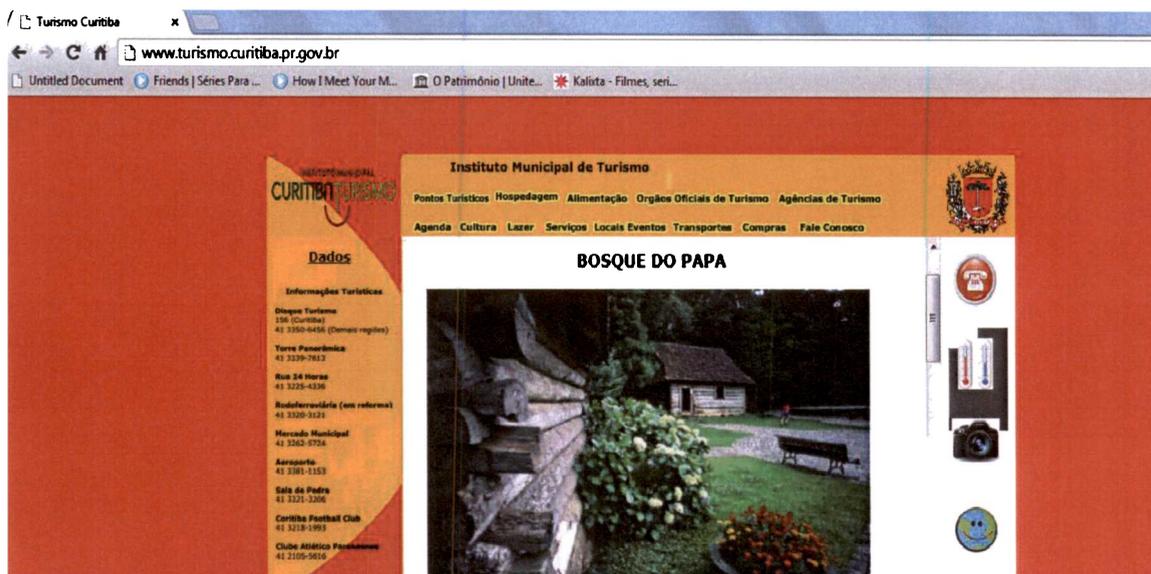


FIGURA 6 – DIVULGAÇÃO SITE IMT
 FONTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. (2013)

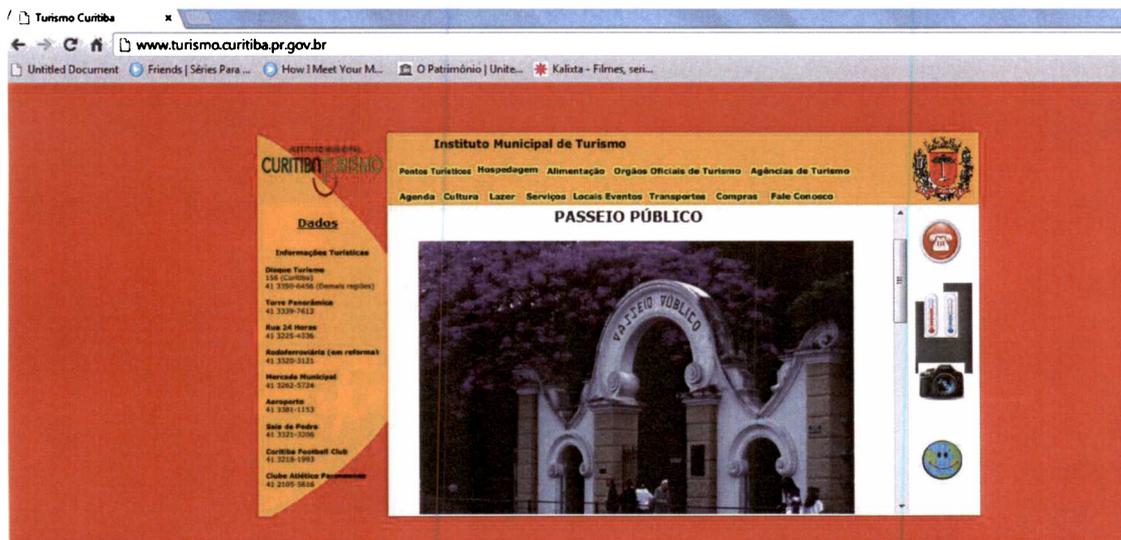


FIGURA 7 – DIVULGAÇÃO SITE IMT (2)
 FONTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. (2013)

Nos materiais impressos, foram encontradas poucas informações a respeito do centro cívico no geral, sendo que o que tem mais destaque nos materiais de divulgação e faz parte da região é o MON, como é mostrado nos exemplos das figuras 7 e 8.

O Memorial Árabe, construído em homenagem à cultura do Oriente Médio, funciona como biblioteca especializada. Elementos como a abóbada, as colunas, os arcos e os vitrais remetem às edificações mouriscas. O interior da construção abriga uma escultura do escritor Gibran Khalil Gibran.

The Passeio Público, opened in 1886, was the first park and also the first huge sanitation work in the city. The swamp that used to be there in the location was transformed into a leisure area, with lakes, bridges and islands amid the green.

In the Passeio Público there also used to be the first Curitiba zoo, which is located nowadays in the Iguazu Park. Some small animals remain in the Passeio Público, to the children's joy. Its gate is a copy of the Paris Cemetery of Dogs.

The Arabic Memorial, built in tribute to the Middle Eastern culture, works as a specialized library. Elements such as the dome, the columns and the stained glasses remind of the Moorish buildings. Inside, the building houses a sculpture of writer Gibran Khalil Gibran.

El Paseo Público, inaugurado en 1886, fue el primer parque y también la primera gran obra de saneamiento de la ciudad. El charco que había en el local fue transformado en espacio de recreación, con lagos, puentes e islas en medio al ambiente verde. Allí también funcionó el zoológico pionero de Curitiba, que actualmente está ubicado en el Parque Iguazú. Algunos pequeños animales permanecen en el Paseo Público, para alegría de los niños. Su portón es una copia del que existió en el Cementerio de Perros de París.

El Memorial Árabe, construido en homenaje a la cultura de Medio Oriente, funciona como biblioteca especializada. Elementos como la bóveda, las columnas, los arcos y los vitrales nos reportan a las edificaciones moriscas. El interior de la construcción aloja una escultura del escritor Gibran Khalil Gibran.

CENTRO CÍVICO

Primeiro horário: 9h55
Último horário: 18h25



Sede dos três poderes do Estado – Executivo, Legislativo e Judiciário –, foi implantado em 1953, no Centenário da Emancipação Política do Estado.

The headquarters of the three State Powers – Executive, Legislative and Judicial – was implemented in 1953, on the State's Political Emancipation Centennial.

Sede de los tres poderes del Estado - Ejecutivo, Legislativo y Judicial -, fue implantado en 1953, fecha del Centenario de la Emancipación Política del Estado.

* Ícones de acessibilidade utilizados com o intuito de indicar aos visitantes as condições oferecidas pelos atrativos em termos de mobilidade.

MUSEU OSCAR NIEMEYER

Primeiro horário: 9h57
Último horário: 18h27



O MON, como é conhecido, é um dos maiores museus da América Latina. Seu acervo abriga mais de 2.200 obras de artistas reconhecidos nacional e internacionalmente. Projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sua estrutura de 35 mil m² se destaca entre 144 mil m² de área verde. O complexo é formado pelo prédio principal, projetado em 1967, e o novo anexo, concebido em 2001 e inspirado na araucária, árvore de grande porte e símbolo do Paraná. A forma elíptica e as paredes de vidro desse novo anexo conferiram ao MON o carinhoso e popular apelido de “Museu do Olho”.

MON, as it's known, is one of the largest museums in Latin America. Its collection houses over 2.200 works of nationwide and worldwide renowned artists. Designed by architect Oscar Niemeyer, its 35,000 m² structure outstands amid the 144,000 m² green area. The complex is formed by the main building, designed in 1967, and the new addition, conceived in 2001 and inspired by the araucaria, a large tree, symbol of Paraná. The elliptic shape and glass walls of this new building have given MON the endearing and popular “Museu do Olho” (The Eye Museum) nickname.

El MON, como se lo conoce, es uno de los museos más grandes de América Latina. Su acervo cuenta con más de 2.200 obras de artistas reconocidos nacional e internacionalmente. Diseñado por el arquitecto Oscar Niemeyer, su estructura de 35 mil m² se destaca entre 144 mil m² de área verde. El complejo está formado por el edificio principal, proyectado en 1967, y el nuevo anexo, concebido en 2001 e inspirado en la araucaria, árbol de gran tamaño y símbolo del Paraná. La forma elíptica y las paredes de vidrio de ese nuevo anexo le han dado al MON el cariñoso y popular apodo de “Museo del Ojo”.

BOSQUE JOÃO PAULO II/ MEMORIAL POLONÊS

Primeiro horário: 10h
Último horário: 18h30



Foi inaugurado em 13 de dezembro de 1980, logo após a visita do Papa João Paulo II a Curitiba, em julho do mesmo ano. Sua área, de 46 mil m², fez parte da desapropriação que envolveu a antiga fábrica de velas Esteacina. As sete casas feitas de troncos são lembrança viva da fé e da luta dos imigrantes poloneses, contendo objetos como a velha carroça, a pipa de azedar repolho e uma imagem da padroeira, a Virgem Negra de Czestochowa. O quadro da padroeira está na casa abençoada pelo Papa, que serviu de capela no dia da sua visita. Em Curitiba, a imigração polonesa começou em 1871.

FIGURA 8 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO DE CURITIBA
 FONTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. (2013)

Neste exemplo de *folder*, existe apenas uma breve explicação a respeito do que é o centro cívico, tendo posteriormente uma melhor explicação sobre o MON e o Bosque do Papa.

Já em outro material, o único local do centro cívico que foi divulgado foi o MON.

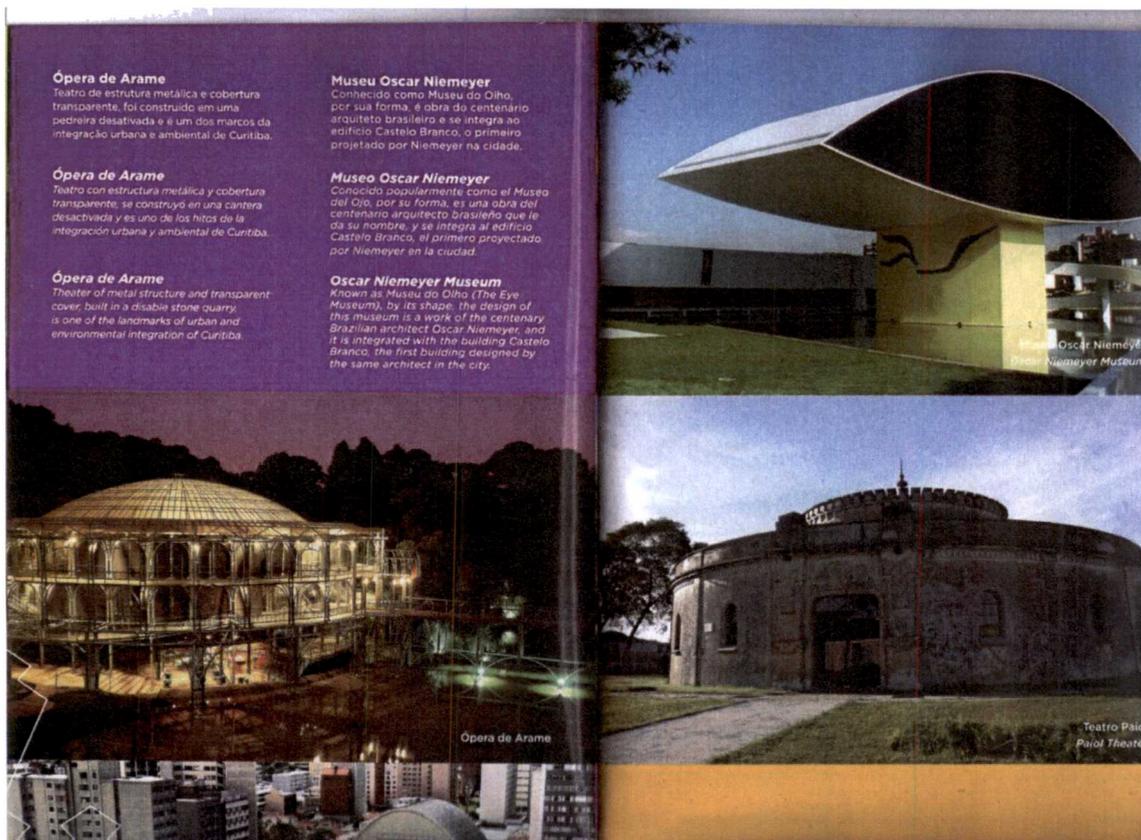


FIGURA 9 – FOLDER DE DIVULGAÇÃO DE CURITIBA
FONTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO. (2013)

O centro cívico esta na rota da Linha Turismo, porém a única parada que acontece é no MON. Durante o trajeto, é citado rapidamente sobre o local, mas sem se aprofundar no tema da história do CCC, até mesmo pela falta de tempo.

Quanto ao outro objetivo que poderia ser atingido através de pesquisa documental, era necessário identificar a existência de centros cívicos ou similares que recebam a atividade turística. Foi identificado o caso de Brasília, que possui diversos roteiros que abordam o turismo cívico juntamente com outros temas, como arquitetura e arte.

Segundo o que foi pesquisado, em Brasília é possível realizar roteiros de turismo cívico com diversos focos. Alguns exemplos são a “Rota da Construção de Brasília”, que evidencia suas principais construções; “Rota da Democracia e Soberania Nacional”, com visitas ao Quartel General do Exército, Mastro da Bandeira, Congresso Nacional, Palácio do Planalto, Palácio do STF, Praça dos Três Poderes e TSE; entre outros roteiros.

4.1.2.2 Descrição dos bens tombados no Centro Cívico de Curitiba

Abaixo será apresentada uma breve descrição a respeito dos bens tombados do Centro Cívico de Curitiba:

a) Parque Estadual Papa João Paulo II

O Parque, que é mais conhecido como Bosque do Papa, homenageia a visita do Papa a Curitiba e a colonização Polonesa. Possui uma área de 46.337m com uma vegetação onde se sobressaem as araucárias, além das construções de casas em tronco, caracterizando a imigração polonesa. Lá funcionam o Museu da Habitação do Imigrante e uma loja de venda de artesanatos advindos da cultura polonesa. Atualmente o local recebe visitantes. (SEEC, 2013)

b) Passeio Público

Primeiro parque de Curitiba, o Passeio Público situa-se na Rua Presidente Farias e Avenida João Gualberto, no Centro Cívico de Curitiba. Inaugurado em 1886, o local abriga animais de diversas espécies e já foi sede do zoológico da cidade. Em uma área de 69.285m², no parque ainda podem ser encontradas espécies nativas da flora e fauna. O local é aberto à visitação. (CURITIBA, 2013).

c) Palacete Leão Junior

Construído por Agostinho Ermelino de Leão Junior e Maria Clara de Abreu Leão. Relata-se que os dois foram morar em Ponta Grossa, onde enriqueceram, e quando voltaram deram início a construção do Palacete, projetado pelo engenheiro

Cândido Ferreira de Abreu. Está localizado na Avenida João Gualberto, e além do Palacete, o local conta com um bosque e também recebe visitação. (SEEC, 2013).

d) Edifício Castelo Branco

Anexo do Museu Oscar Niemeyer, o prédio foi inaugurado em 1978, inicialmente abrigando as secretarias de Estado. Com 144.000m², o local passou por uma reformula o em 2002, quando recebeu a constru o do "olho". Atualmente o local conta com uma grande acervo de obras de arte, e   um dos maiores atrativos turísticos de Curitiba. (ITAU CULTURAL, 2013)

e) Praça 19 de Dezembro

Mais conhecida como "Praça do Homem Nu", devido a estátua presente no seu espaço, está localizada entre as ruas In cio Lustosa, Riachuelo, Paula Gomes e Barão do Serro Azul. Um painel de cimento, de Erbo Stenzel e um de azulejo, de Poty Lazzarotto, complementam a paisagem do local. (IPPUC, 2013)

f) Praça Nossa Senhora de Salette

Palco de eventos culturais e políticos, a Praça está localizada na Avenida Cândido de Abreu, sendo que em suas proximidades estão a Prefeitura de Curitiba, o Palácio Iguaçu, Assembleia Legislativa e órgãos do poder judiciário. (DESCUBRA CURITIBA, 2013)

g) Avenida Cândido de Abreu

A avenida que se inicia em frente a Praça 19 de Dezembro e tem seu fim em frente ao Palácio Iguazu, recebeu este nome em homenagem ao ex-prefeito de Curitiba, Cândido Ferreira de Abreu, responsável por parte da urbanização da cidade. É nesta avenida que estão localizados os principais órgãos do poder público do Município e do Estado. Eventos como carnaval e desfile de sete de setembro ocorrem neste local. (CURITIBA, 2013).

h) Palácio Iguazu

Sede do Governo do Estado do Paraná, o local foi idealizado para homenagear o centenário da Emancipação Política do Paraná, em 1953. Seu projeto foi inovador, por possuir uma arquitetura moderna, o que foi contestado na época. Seu projeto foi feito por um arquiteto paranaense David Azambuja. O local ainda não recebe visita turística. (CURITIBA SPACE, 2013)

i) Colégio Estadual Tiradentes

Projetado pelo arquiteto Rubens Meister, o local possui arquitetura modernista e foi construído para que pudesse valorizar a paisagem do Centro Cívico. Porém com o passar do tempo outras construções foram realizadas, o que acabou deixando o prédio um pouco mais escondido. (CIRCULANDO POR CURITIBA, 2013).

j) Palácio 29 de Março

Sede da Prefeitura de Curitiba, o prédio também foi projetado por Rubens Meister e foi um marco para a arquitetura, juntamente com as outras obras do Centro Cívico. Está localizado da Avenida Cândido de Abreu e não recebe visitação turística. (CURITIBA, 2013)

k) Casa da Criança

Prédio criado com finalidade de realizar ações sociais, foi projetado por Edmir D'Ávila, o prédio fez parte do Programa de Obras do Centenário da Emancipação Política do Paraná. (GONÇALVES, 2001).

l) Tribunal de Juri

Está localizado na Praça Nossa Senhora de Salete, ao lado do Palácio da Justiça.

m) Palácio da Justiça

Inaugurado em 1962, o prédio possui características da arquitetura modernista. Foi projetado por Sérgio Roberto Santos Rodrigues. Inicialmente o local foi planejado para abrigar sete secretarias estaduais, sendo que este projeto foi modificado para abrigar o Palácio da Justiça. (CURITIBA SPACE, 2013)

n) Assembléia Legislativa

Localizada na Praça Nossa Senhora de Saete, neste prédio está o órgão responsável pelo poder legislativo do Estado. Formada por um complexo de três prédios, sendo um da administração, onde fica o presidente da assembléia; um com o plenário e plenarinho e outro com os gabinetes dos deputados. No local é possível realizar visitas agendadas. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, 2013).

4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a realização das entrevistas, pôde-se compreender melhor algumas questões que foram abordadas no marco teórico. Esta comparação é importante para que se possa saber se os objetivos foram atingidos.

Com as pesquisas foi possível perceber que o Centro Cívico é uma região de grande importância para Curitiba e para o Paraná, tanto que é tombado como patrimônio cultural. Além disso, a história do seu planejamento se iniciou com o Plano Agache, e posteriormente com o Plano Diretor de Curitiba, sendo que este foi o primeiro Centro Cívico construído no Brasil, antecedendo a criação de Brasília, em comemoração ao Centenário da Emancipação Política do Paraná, sendo lembrado por isso até os dias de hoje.

Em relação a pesquisa de campo, através da entrevista com o arquiteto da SEEC, que fez parte do Conselho da Cultura, foi possível compreender o porquê do tombamento e como ele ocorreu.

Em relação ao uso atual do centro cívico para o turismo, percebeu-se uma divergência entre a opinião dos entrevistados. As entrevistadas dos órgãos de turismo afirmaram já existir a atividade turística no local, enquanto os arquitetos acreditam que não, com a exceção ao Museu Oscar Niemeyer. Com a pesquisa documental também pode-se perceber que, de maneira geral, o CCC não é muito divulgado, apenas alguns atrativos em específico. Porém, a passagem da linha

turismo já pode agregar valor aos monumentos e fazer com que eles sejam mais conhecidos, mesmo que de maneira abrangente.

Também observou-se que o atrativo de maior destaque na região é o MON, que ganhou mais identidade após a construção do “olho”, projetado por Oscar Niemeyer. Porém, foi percebido que ele ainda não é visto e nem divulgado como parte integrante de um complexo maior, de um projeto de planejamento urbano, que é o CCC. Além dele, o Bosque do Papa e o Passeio Público também são divulgados e recebem visitantes.

Quando questionados sobre quais dos monumentos poderiam ser aproveitados para o turismo, todos os entrevistados citaram o Palácio Iguçu. Eles afirmaram que o local tem potencial para receber a atividade turística, porém o empecilho seria que o mesmo abriga a sede do governo, e por conta disso existem restrições para sua visitação.

Os entrevistados concordaram quando perguntados se o CCC tem potencial para receber a atividade turística, sendo que os temas mais destacados foram o de turismo cívico e o de turismo com foco na arquitetura e urbanismo do local. Todos concordam que um roteiro seria a melhor opção para desenvolver o turismo na região, devendo-se definir bem qual a abordagem do roteiro, que pode ser mais de uma.

Pode-se observar ainda que nenhum dos órgãos de turismo possui plano para o desenvolvimento do turismo no CCC, o que mostra que a região ainda não é muito valorizada pelo poder público no que se refere ao turismo, mesmo após o seu tombamento.

Nos sites e materiais impressos de divulgação de Curitiba, verificou-se que o CCC não é divulgado como um todo, mas apenas alguns atrativos em específico. Em um dos materiais, como foi apresentado na figura 7, é feita uma breve explicação sobre o CCC e quando foi a sua criação. Alguns roteiros ofertados pelas agências de turismo receptivo passam pela região, porém o centro cívico aparece apenas como parte integrante de *city-tours* de Curitiba, e não como tema.

Também se pode afirmar que, atualmente, o maior exemplo de utilização de área cívica para o turismo é Brasília, que oferta diversos roteiros relativos ao turismo cívico. A experiência de Brasília pode ser tomada como exemplo para o desenvolvimento do turismo no CCC.

O centro cívico de Curitiba possui um diferencial de ser a primeira área planejada para este fim no Brasil, sendo que o seu projeto antecede o de Brasília. O projeto de criação do CCC é considerado um exemplo para a arquitetura e urbanismo, e isto pode ser destacado também em um projeto de turismo, além é claro das questões cívicas.

A partir das análises das entrevistas e do que foi pesquisado no marco teórico, foi definida uma proposta para utilização do CCC para o Turismo, compatível com sua representatividade cultural e oferta disponibilizada. Este projeto será explicado no próximo capítulo deste trabalho.

5 CONHECENDO O CENTRO CÍVICO DE CURITIBA/PR: PROPOSTA DE UM ROTEIRO HISTÓRICO-CULTURAL.

Neste capítulo será apresentado um projeto para melhor uso turístico do Centro Cívico de Curitiba, elaborado com base nas discussões teóricas e através da pesquisa de campo deste trabalho. Será proposto um roteiro guiado, com foco nas questões cívicas, históricas e arquitetônicas de seus bens que foram tombados.

Primeiramente será apresentada uma descrição da proposta do projeto, explicando qual será o itinerário do roteiro bem como sua finalidade. Logo em seguida são descritas as etapas para a execução deste projeto, apresentando um cronograma de execução, recursos humanos e materiais envolvidos e previsão de gastos e retorno de investimento.

5.1 DESCRIÇÃO DA PROPOSTA DO PROJETO

O projeto consiste em planejar um roteiro guiado pelos principais atrativos do Centro Cívico de Curitiba, a partir de um itinerário com atrativos identificados na pesquisa documental e nas entrevistas. O roteiro terá foco nas questões cívicas, histórias e arquitetônicas do local, visto que a região tem grande significado para a história e planejamento urbano de Curitiba.

O roteiro tem por finalidade proporcionar o conhecimento sobre a região do Centro Cívico de Curitiba para estudantes e a população da cidade, mas também para seus visitantes. Abrangendo desde temas cívicos até a arquitetura do local, os visitantes poderão entender melhor como foi planejado e concebido o bairro que abriga os principais órgãos do poder público de Curitiba e do Paraná, além de outros bens que complementam a paisagem do local. Outro fator que diferencia o local é que ele foi o primeiro Centro Cívico do Brasil, possuindo uma arquitetura moderna e inovadora.

A princípio o roteiro terá como público-alvo estudantes das escolas de Curitiba e de faculdades de história, arquitetura e turismo e posteriormente a população local e turistas.

Este público foi escolhido porque é importante que antes de começar a receber turistas, a própria comunidade compreenda a importância dos bens que estão em sua cidade. É importante que este público tenha conhecimento sobre a história do local, que é muito relevante para o Município e o Estado.

Este roteiro poderá chamar a atenção das escolas e faculdades por ser uma atividade complementar ao que é ensinado aos alunos em sala de aula, contando como uma atividade prática.

Para que este roteiro possa funcionar, é essencial a realização da parceria entre o poder público e privado, visto que os atrativos a serem visitados são públicos. Além disso, é importante haver uma integração entre o governo estadual e municipal.

O roteiro poderá ser comercializado através do site que será criado para ele, sendo que primeiramente será necessário realizar a divulgação nas escolas e faculdades de história e arquitetura de Curitiba.

Para complementar o roteiro serão confeccionados *folders* explicativos, que auxiliarão os guias no repasse das informações aos visitantes. Além disso, o roteiro será divulgado em redes sociais e terá um site próprio para sua melhor divulgação e comercialização. Para manter estas redes será necessária a participação de anunciantes, que pagarão um valor que será determinado conforme o tamanho do anúncio e os locais de divulgação. Estes detalhes serão explicados posteriormente neste trabalho.

Pretende-se começar a comercializar o roteiro por volta de agosto de 2014, pois anteriormente a isto será necessário criar o site, as redes sociais e realizar testes do roteiro. Quanto aos custos, estima-se que será necessário um total de R\$ 8443,00 como investimento inicial, e mais R\$ 3522,00 mensalmente. Estes custos estão especificados no tópico 5.2.3.

5.1.1 Descrição do itinerário do roteiro

Aqui será apresentado o itinerário proposto para o Centro Cívico de Curitiba, sendo posteriormente demonstrado um mapa espacial do mesmo.

O roteiro terá como ponto inicial o Museu Oscar Niemeyer (FIGURA 10) (A), situado na rua Marechal Hermes, nº 999, onde o guia se encontrará com os visitantes. Lá será entregue a todos os estudantes um *folder* explicativo, contendo informações sobre os locais que serão visitados e um mapa do roteiro. No MON a visita será apenas externa, visto que para uma visita interna seria necessário dispor de um tempo maior. Nesta etapa o guia irá explicar principalmente fatos relativos a arquitetura do local.



FIGURA 10 – MUSEU OSCAR NIEMEYER
FONTE: A AUTORA (2014)

O próximo ponto do roteiro é o Parque Estadual João Paulo II (B), mais conhecido como Bosque do Papa (FIGURA 11). Situado na Rua Euclides Bandeira, o local foi inaugurado após a visita do Papa que dá nome ao parque, e além da homenagem ao pontífice, o bosque também homenageia a colonização polonesa. Neste local, o principal tema abordado será a visita do papa, lembrando um fato que foi importante para a população curitibana, e as construções típicas da cultura dos poloneses. Neste ponto a visita será interna.



FIGURA 11 – PARQUE ESTADUAL JOÃO PAULO II
FONTE: A AUTORA (2014)

Após visita ao Bosque do Papa os participantes caminham até o Palácio Iguaçu (C) (FIGURA 12) sede do Governo do Paraná. Lá a visita será pela parte externa, sendo que será explicado sobre a importância daquele local para a cidade e para o Estado, além de valorizar a arquitetura moderna do prédio. Logo em frente ao Palácio está o Memorial Bento Munhoz da Rocha Netto, construído em homenagem ao governador que concebeu o projeto do Centro Cívico de Curitiba.



FIGURA 12 – PALÁCIO IGUAÇU
FONTE: A AUTORA (2014)

Após aprenderem um pouco mais sobre a história do Palácio Iguazu, os participantes são convidados a se acomodarem na Praça Nossa Senhora de Salete (D) (FIGURA 13), onde o guia dará uma explicação sobre como e porque foi pensado em um projeto para a criação de um Centro Cívico para Curitiba. Além disso, serão realizadas algumas atividades educativas, quando os participantes do roteiro forem estudantes.



FIGURA 13 – PRAÇA NOSSA SENHORA DE SALETE
FONTE: A AUTORA (2014)

A próxima parada é na Assembleia Legislativa do Paraná (E) (FIGURA 14), na Avenida Cândido de Abreu. Lá a visita será interna, pelos principais salões do órgão. Neste espaço os visitantes poderão conhecer a rotina dos deputados e as salas onde são tomadas decisões importantes para o Paraná.



FIGURA 14 – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ
FONTE: A AUTORA (2014)

Logo após será feita uma caminhada pela Avenida Cândido de Abreu, também explicando sobre a história desta avenida e destacando os projetos urbanísticos existentes para ela.

A próxima parada será na parte externa da Prefeitura de Curitiba (F) (FIGURA 15), onde será contada a história do local, sobre antigas sedes da prefeitura e arquitetura do prédio. Também será explanado sobre o Palácio da Justiça, que fica quase em frente a sede da Prefeitura.



FIGURA 15 – PREFEITURA DE CURITIBA
FONTE: A AUTORA (2014)

Os participantes do roteiro seguirão pela Av. Cândido de Abreu até a Praça Dezenove de Dezembro (G) (FIGURA 16), onde também será dada uma explicação sobre a praça, sobre o porquê de cada um daqueles monumentos estarem ali e sobre a praça dentro do contexto do Centro Cívico.



FIGURA 16 – PRAÇA DEZENOVE DE DEZEMBRO
FONTE: A AUTORA (2014)

A próxima parada do passeio será na Avenida João Gualberto, nº 570, onde está localizado o Palacete Leão Junior (H) (FIGURA 17). O local, que já é tombado como patrimônio desde 2003, possui arquitetura no estilo eclético, com características renascentistas. Além do palacete que possui grande beleza, o local ainda conta com um bosque. O projeto da casa é do engenheiro Cândido Ferreira de Abreu.



FIGURA 17 – PALACETE LEÃO JUNIOR

FONTE: A AUTORA (2014)

O próximo ponto é a Praça Khalil Gibran (FIGURA 18), onde fica o Memorial Árabe (I). O local possui uma arquitetura diferenciada e foi feito em homenagem ao povo do oriente médio. Será feita uma breve visita dentro do memorial, onde se encontra um Farol do Saber.

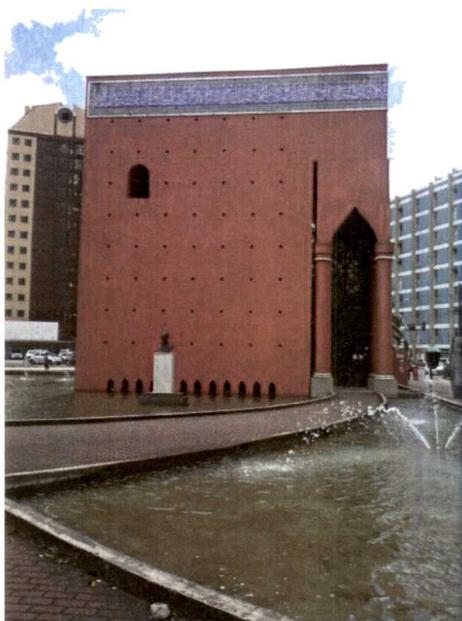


FIGURA 18 – PRAÇA KHALIL GIBRAN

FONTE: A AUTORA (2014)

O último ponto do roteiro é o Passeio Público (I) (FIGURA 19). Lá os estudantes poderão descansar enquanto ouvem a história do local, que foi o primeiro parque de Curitiba. Logo depois farão um passeio pelo parque, proporcionando uma interação dos alunos com a natureza. Esta interação dos participantes com o meio ambiente e a diversão podem agregar à experiência e ao aprendizado que as crianças tiveram durante o seu passeio.



FIGURA 19 – PASSEIO PÚBLICO
FONTE: A AUTORA (2014)

Este roteiro foi criado com a intenção de ressaltar a beleza arquitetônica e a história do Centro Cívico. Para tanto, foram escolhidos atrativos que podem atrair mais a atenção do turista dentro desta área.

Abaixo será apresentado um mapa, ilustrando qual será o caminho percorrido pelos participantes do roteiro. Estima-se que este itinerário tenha a duração de aproximadamente 2h45min.

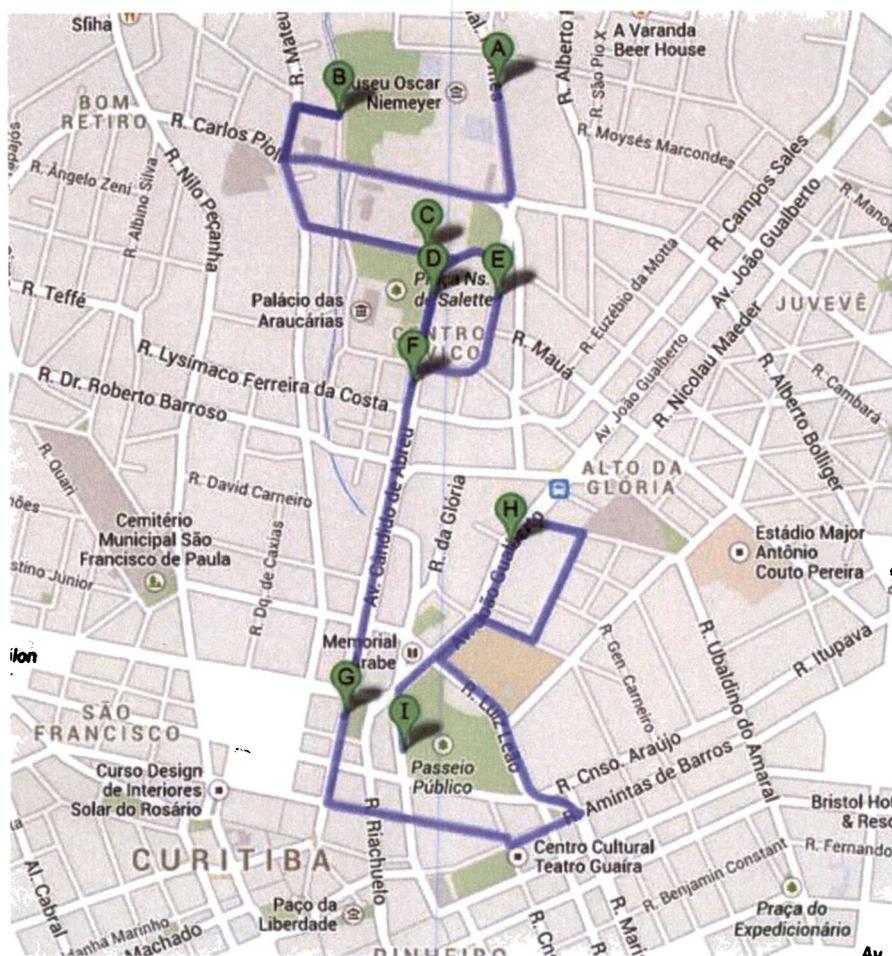


FIGURA 20 – MAPA DO ROTEIRO
 FONTE: GOOGLE MAPS (2013).

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

Aqui serão especificadas as principais etapas para a execução deste projeto, apresentando o cronograma e os recursos humanos, financeiros e materiais envolvidos neste processo.

5.2.1 Descrição das etapas para execução do projeto

Estima-se que para a implementação do primeiro roteiro será necessário um tempo de aproximadamente oito meses, contando a partir de fevereiro de 2014, sendo as etapas principais o teste do itinerário, a articulação junto aos órgãos

públicos, às agências de receptivo e possíveis anunciantes, desenvolvimento de uma marca para o roteiro, criação do site, dos *folders* promocionais e *folders* que serão utilizados na realização do roteiro. Antes da realização do roteiro ainda é necessário realizar a divulgação, principalmente em escolas e faculdades. Estas etapas estão descritas no cronograma do quadro 2.

5.2.1.1 Teste do itinerário

A primeira etapa seria a realização de um teste piloto do itinerário com estudantes das escolas e faculdades de história e arquitetura de Curitiba. É importante realizar este primeiro teste para que se possa fazer os ajustes necessários ao itinerário e as formas de abordagem de cada um dos locais contemplados no itinerário.

5.2.1.2 Envolvimento dos atores

Nesta etapa será necessário realizar a articulação junto aos órgãos responsáveis pelos atrativos do itinerário, para que se possa envolver estes no projeto, fazendo com que o serviço prestado seja de mais qualidade e o itinerário fique mais completo em questão de informações sobre o local. Através de entrevistas com os mesmos e observação in loco poderão ser identificados os pontos fortes e os a melhorar, para subsidiar ações de qualificação e promoção.

5.2.1.3 Identificação da necessidade de qualificação e possíveis parceiros

Para prestar um serviço de maior qualidade, é necessário que os colaboradores do roteiro estejam sempre em treinamento e conheçam bem a história do Centro Cívico. Através das entrevistas e observação sugeridas no item anterior, poderão ser identificadas as necessidades de qualificação.

Nesta etapa será feita uma busca de parceiros para que o roteiro possa ser viável, bem como a sua comercialização. Será feita uma busca por parceiros junto aos órgãos do poder público do Estado, principalmente o Instituto Municipal de Turismo e Secretaria de Estado de Turismo.

5.2.1.4 Identificação de formas de promoção

Será necessário também identificar quais os melhores meios para promoção deste itinerário. Nesta etapa será feito um estudo, analisando o público-alvo do roteiro, com a finalidade de identificar qual a melhor forma de conseguir atingir a este público.

Inicialmente se pensou na criação de um site de divulgação e comercialização do roteiro e de *folders*, tanto para divulgação quanto para o momento da execução do itinerário. Além disso, as redes sociais também poderão ser utilizadas como forma de divulgação, avaliação e interação com os usuários.

Outra forma de se promover o roteiro seria através dos sites dos órgãos públicos de turismo, os quais poderão ser parceiros deste projeto.

Para divulgar o roteiro, será necessário entrar em contato com as escolas e faculdades de arquitetura e história de Curitiba, pois inicialmente o público-alvo seria de estudantes que estão aprendendo sobre a história de Curitiba e do Paraná.

5.2.1.5 Implementação do roteiro

Nesta etapa o roteiro começará a ser realizado, inicialmente com os estudantes e posteriormente com a população de Curitiba.

5.2.1.6 Avaliação e monitoramento

No caso dos estudantes, após realização do roteiro os professores receberão via e-mail um formulário onde avaliarão o passeio e poderão dar sugestões para melhorias do mesmo. No caso de os participantes não serem estudantes, a avaliação será mandada via e-mail para todos.

Para prestar um serviço de maior qualidade, os profissionais envolvidos estarão sempre em treinamento, aperfeiçoando os seus conhecimentos a cerca do tema do roteiro. Caso seja necessário, o roteiro poderá sofrer ajustes, de acordo com o *feedback* recebido.

	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Teste do roteiro com público-alvo	x	x						
Articulação com órgãos públicos e agências de receptivo e anunciantes..			x	x				
Identificação da necessidade de qualificação e possíveis parceiros.				x				
Identificação de formas de promoção.					x	x		
Divulgação do roteiro.						x		
Realização do roteiro.						x	x	
Avaliação e monitoramento.								x

QUADRO 2 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

FONTE: A autora (2013)

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

Primeiramente será necessária a presença de um turismólogo como responsável técnico pelo roteiro. Este profissional irá dar as coordenadas para que os demais profissionais exerçam as suas funções, além de atualizar o projeto quando necessário, captar recursos com anunciantes e parceiros. Também será necessária a contratação temporária de um designer que irá criar a imagem do produto, bem como os *folders*. Para a criação do site será necessário contar com o trabalho de programador e quando o site já estiver criado será contratado um publicitário para mantê-lo atualizado e fazer a divulgação nas mídias sociais.

Quanto ao guia de turismo, poderá ser contratado um por roteiro, dependendo da disponibilidade. Porém seria melhor se não houvesse muita rotatividade de guias, para que os profissionais possam se aperfeiçoar no tema e atender com mais qualidade.

5.2.3 Descrição do Orçamento e dos desembolsos por etapa

Para os gastos iniciais calculou-se primeiramente gastos com as horas técnicas do turismólogo, principalmente no que se refere a elaboração do projeto, chegando-se ao valor inicial de R\$3500,00. Posteriormente será pago um salário por mês, no valor de R\$ 1500,00. O designer cobrará um total de R\$ 250,0 para elaborar a arte dos dois *folders*, e mais R\$300 para criar o layout do site. Também como gasto inicial está a criação do site, que será elaborado por um programador que cobrará R\$ 1200,0 pelo trabalho. Outro profissional contratado será um arquiteto, que auxiliará na elaboração do roteiro, principalmente no conteúdo do mesmo, recebendo inicialmente um valor de R\$ 2000,00 e mensalmente R\$ 1000,00.

Alem destes profissionais, será contratado um publicitário para fazer a atualização do site e das redes sociais. Para este profissional será pago um salário de R\$622,0. Quanto ao guia de turismo, será pago um valor de R\$ 50 por roteiro, sendo estimada a realização de pelo menos quatro roteiros por mês.

Para a impressão de 5000 *flyers* de divulgação serão gastos R\$380,00, e para os 5000 *folders* do roteiro estima-se um gasto de R\$813,00, totalizando R\$1.193,00.

Portanto, calcula-se um gasto total de R\$ 8.443,00 de início, e como gastos mensais um R\$ 3522,00. Estes gastos são estão especificados nos quadros abaixo:

Descrição	Valor
Arquiteto	R\$ 2000,00
Turismólogo	R\$ 3500,00
Designer	R\$ 550,00
Programador do site	R\$ 1.200,00
Impressão dos <i>flyers</i> e <i>folders</i>	R\$ 1193,00
Total:	R\$ 8.443,00

QUADRO 3 – CÁLCULO DOS GASTOS INICIAIS

Fonte: A autora (2013).

Descrição	Valor
Arquiteto	R\$ 1000,00
Turismólogo	R\$ 1500,00
Publicitário	R\$ 882,00
Guia de turismo	R\$ 200,00
Total:	R\$ 3522,00

QUADRO 4 – CÁLCULO DOS GASTOS MENSAIS

Fonte: A autora (2013)

5.2.5 Avaliação do retorno do investimento

Considerando os gastos especificados acima, e considerando que cada anúncio nos materiais de divulgação sairia por R\$500,0 (site e *folders*), é possível afirmar que para cobrir os gastos iniciais será necessária a venda de 18 anúncios.

Já para a manutenção dos gastos mensais, será necessário a venda de no mínimo mais 7 anúncios. O retorno do investimento poderá vir com um maior número de anunciantes, além de que posteriormente este roteiro poderá ser comercializado para agências de receptivo.

Além do retorno financeiro, espera-se que este projeto também tenha um retorno social, pois será proporcionado aos estudantes, população e visitantes um maior conhecimento sobre o Centro Cívico e sua importância histórica e cultural. O roteiro poderá fazer com que as pessoas que o realizam se sintam mais pertencentes aquele ao Centro Cívico e não simplesmente o vejam como local onde ficam os políticos, mas sim como um ambiente do povo, aumentando a o sentimento de cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Cívico de Curitiba ainda não é visto como um produto turístico. Mesmo sendo tombado e reconhecido como de grande importância pelos órgãos de cultura e turismo, não existe até o momento projetos para aproveitar todo o potencial existente no CCC. Salienta-se que seu uso, se realiza através de alguns atrativos específicos que são aproveitados.

Esta constatação baseia-se nos resultados das pesquisas realizadas para a confecção deste trabalho, que tiveram como objetivo identificar se o Centro Cívico de Curitiba é utilizado como atrativo histórico/cultural urbano. No levantamento e na análise, foi necessário atentar tanto ao que foi visto na pesquisa de gabinete quanto ao que foi dito pelos entrevistados, sendo que através destas etapas foi possível conhecer melhor o Centro Cívico e entender o contexto dele dentro da cidade de Curitiba, assim como sua importância local.

Outra questão que ficou evidenciada foi a necessidade de a própria população entender a importância do patrimônio e de se identificar com ele, se sentindo pertencente àquele local, para que assim os turistas também saibam valorizar estes bens. Percebe-se que algumas vezes a população tem um certo receio de ir ao Centro Cívico, mais por questões políticas e por não acreditarem que o local possa ter algo de interessante para visitar. Um projeto de turismo na região, como foi proposto, pode mudar esta visão e aproximar a população do local onde estão seus principais representantes.

Durante a realização do trabalho a maior dificuldade foi em relação a encontrar materiais referentes ao turismo cívico, visto que este tema, com esta denominação, não é muito utilizado. Além disso, existem poucos exemplos no Brasil de locais que realizam este tipo de turismo. Já nas questões relativas ao patrimônio e arquitetura, a quantidade de estudos é mais ampla, o que auxiliou na confecção deste trabalho.

Para elaborar a proposta de uso turístico levou-se em consideração toda a parte de marco teórico, pesquisa documental e entrevistas. Foi pensado em um roteiro que pudesse atingir mais de um tipo de público e que valorizasse principalmente os fatores históricos do Centro Cívico de Curitiba.

Acredita-se que o produto deste trabalho possa vir a agregar valor ao Centro Cívico, fazendo com que a população entenda melhor sua importância. Com os estudantes realizando o roteiro, os pais e professores, de forma indireta, também saberão a importância da região, o que pode despertar a vontade de visitar algum ou todos os atrativos que lá se encontram.

Ressalta-se que o roteiro proposto, com a população de Curitiba como público-alvo, é apenas uma primeira etapa do projeto, que posteriormente será comercializado para turistas através das agências de turismo receptivo de Curitiba.

Além do roteiro, outras ações poderiam auxiliar no processo de valorização do Centro Cívico. Sugere-se que nos materiais promocionais e sites oficiais do Município e do Estado seja feita uma descrição mais detalhada sobre o que é o Centro Cívico, sobre o porquê dele ter sido criado, destacando como ocorreu o seu planejamento. Outra forma de fazer o local ser observado é melhorar o descritivo dele durante a passagem da Linha Turismo, fazendo com que os turistas também conheçam um pouco mais da sua história.

Como o Museu Oscar Niemeyer já é amplamente divulgado como atrativo turístico, sendo um dos símbolos de Curitiba, sugere-se também que nos materiais de promoção e até mesmo no próprio museu seja evidenciado que ele faz parte do Centro Cívico, pois percebe-se que muitas vezes ele não é associado a esta área. Também sugere-se agregar ao site do IMT, SETU e outros portais de turismo, uma melhor descrição do CCC, visando uma maior valorização do local.

Como sugestões para estudos futuros, seria interessante explorar um pouco mais as questões cívicas na cidade de Curitiba, pesquisando a respeito de antigas sedes da prefeitura, governo, entre outros órgãos do poder público. Existem outros locais fora da região do Centro Cívico que poderiam ser explorados com este foco no turismo cívico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE FILHO, Kenard Pacheco de. **Uma avaliação do pólo turístico de São Luís (MA) com ênfase na demanda turística internacional**. 130 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade Federal De Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20040608140808.pdf>>. Acesso em: 13/06/2013.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **O Patrimônio**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BAHL, Miguel. **Legados étnicos e oferta turística**. 3ª ed. Curitiba: Juruá, 2010.
- BAHL, Miguel. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004.
- BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- _____. **Cultura e Turismo: Discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papyrus, 2007.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 12ª ed. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2007.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BUENO, Laura Machado de Mello; CYMBALISTA, Renato (Org.). **Planos diretores municipais: Novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

CASSILHA, Gilda A.; CASSILHA, Simone A.. **Planejamento urbano e meio ambiente**. Curitiba: Iesde Brasil S.a, 2009

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. **Como elaborar uma dissertação de mestrado através da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

COBRA, Marcos. **Marketing de turismo**. São Paulo: COBRA, 2001.

_____. **Administração de marketing no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

COOPER, Chris *et.al.* **Turismo: Princípios e práticas**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2007.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 2009.

CURITIBA, Fundação Cultural. **História de Curitiba**. Curitiba, PR: 2000.

CURITIBA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginalInicial.do>>. Acesso em: 13/06/2013

CURITIBA, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/default.php>. Acesso em: 12/07/2013.

_____. **Lei ordinária nº 11266, de 16 de dezembro de 2004**. Curitiba, PR, 2004.

_____. **Plano diretor de Curitiba**. Curitiba, PR: IPPUC, 1966.

_____. **Plano diretor 2004: O Planejamento urbano de Curitiba**. Curitiba, PR: IPPUC, 2004.

_____. **Planos regionais**. Curitiba, PR: IPPUC, 2013. Disponível em: <http://planosregionais.ippuc.org.br/planos_regionais_geral.html>. Acesso em: 13/07/2013.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. **Perfil de Curitiba**. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/perfil-da-cidade-de-curitiba/174>>. Acesso em 11/07/2013.

CUSTÓDIO, Renata Baleche. **A influência das intervenções urbanísticas na atividade turística da Cidade de Curitiba**. 144 p. Dissertação (mestrado em gestão urbana) - Setor de Ciências Exatas e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

DARINI, Alessandra Drumond Lopes. **O Inventário da Oferta Turística como fonte de informação para o planejamento local e a atividade turística: Um estudo do Circuito de Villas e Fazendas de Minas**. 117 f. Dissertação (Mestrado em turismo e meio ambiente) - Centro Universitário Uma. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.mestradoemtma.com.br/wp-content/uploads/2010/10/O-Invent%C3%A1rio-da-Oferta-Tur%C3%ADstica-como-fonte-de-informa%C3%A7%C3%A3o-pa.pdf>>. Acesso em: 10/06/2013.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural: Recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo, SP: Saraiva, 2006)

DUDEQUE, Irã José Taborda. **Espirais de madeira: uma história da arquitetura de Curitiba**. São Paulo: Fapesp, 2001.

FERNANDES, Ivan Pereira; COELHO, Márcio Ferreira. **Economia do turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro, Rj: Elsevier, 2011.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J.r. Brent; MCINTOSH, Robert W.. **Turismo: Princípios, práticas e filosofias**. 8ª ed. Porto Alegre, Rs: Bookman, 2002.

GONÇALVES, Josilena M.Z. **Arquitetura Moderna no Centenário de Emancipação Política do Paraná: a construção de um marco de referência**. São Carlos, 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%205%20pdfs/076R.pdf>>. Acesso em: 24/11/2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003. P. 26.

JORNAL Centro Cívico. **Um pouco da história do bairro Centro Cívico**. Disponível em: <<http://www.jornalcentrocivico.com.br/site/noticias/70-um-pouco-da-historia-do-bairro-centro-civico.html>> Acesso em: 13/07/2013.

LEITE, José Rubens Morato; BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito ambiental contemporâneo**. Barueri, Sp: Manole, 2004.

LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. Brasília, Df: lieb, 2003.

LICKORISH, Leonard J. JENKINS, Carson L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

MILIO BALANZÁ, Isabel; CABO NADAL, Mónica. **Marketing e comercialização de produtos turísticos**. São Paulo, SP: Pioneira Thomson Learning, 2003. P. 47.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10 ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PAGANI, Elaine Adelina. **O direito de propriedade e o direito à moradia: um diálogo comparativo entre o direito de propriedade urbana imóvel e o direito à moradia**. Porto Alegre, Rs: Edipucrs, 2009.

PANOSSO NETTO, Alexandre; ANSARAH, Marília Gomes Dos Reis. **Segmentação do mercado turístico: estudo, produtos e perspectivas**. Barueri, Sp: Manole, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Cultura. **Centro Cívico**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=301>> Acesso em: 12/07/2013.

PETROCHI, Mario. **Turismo: Planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PUPPI, Ildelfondo C.. **Estruturação sanitária das cidades**. São Paulo: Cetesb, 1981.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica para alunos de graduação e pós-graduação.** São Paulo, SP: Loyola, 2005.

ROSE, Alexandre Turatti de. **Turismo: Planejamento e marketing.** Barueri, SP: Manole, 2002.

Ruschmann, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** 14ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2008
SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3ª Curitiba: Juruá, 2005.

SARNO, Daniela Campos Libório Di. **Elementos de direito urbanístico.** Barueri, Sp: Manole, 2004.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e sua proteção jurídica.** 3ª Curitiba: Juruá, 2005.

SOUZA JUNIOR, José Rulfinio de. **Sistema nacional de proteção ambiental: polícia administrativa ambiental.** Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Planejamento urbano e ativismos sociais.** São Paulo: Unesp, 2004.

SCHOLL, Marly; KLEIN, Ana Inez; BARROSO, Véra Lucia Maciel. **Raízes de Osório: XIII Encontro dos Municípios Originários de Santo Antônio da Patrulha.** Porto Alegre, Rs: Est, 2004.

TELES, Reinaldo Miranda de Sá (Org.). **Turismo e meio ambiente.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo Básico.** São Paulo, SP: Editora Senac São Paulo, 1998.

VALLS, Josep-Francesc. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis.** Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2008, p.18.

VIGNATI, Frederico. **Gestão de destinos turísticos: como atrair pessoas para pólos, cidades e países.** Rio de Janeiro: Senac, 2008.

VITAE CIVILIS; WWF - BRASIL. **Sociedade e Ecoturismo**: na trilha do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WALKER, John. **Introdução à hospitalidade**. Barueri, SP: Manole, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ROTEIRO ENTREVISTA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO.....	72
APÊNDICE 2 - ROTEIRO ENTREVISTA SECRETARIA DA CULTURA.....	73
APÊNDICE 3 - ROTEIRO ENTREVISTA INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO.....	74

APÊNDICE 1 – ROTEIRO ENTREVISTA SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

1 – Você sabe se houve a participação da Setu no processo de tombamento do CCC?

2 – você acredita que o CCC, de maneira geral, é utilizado para o turismo?

3 – De maneira individual, algum dos bens é utilizado para o turismo?

4 – Você acha que o CCC tem potencial para receber a atividade turística, mais voltada para o turismo cultural ou turismo cívico?

5 – Quais dos bens tombados você acha que pode atrair mais a atenção do turista? Quais têm mais potencial?

6 – Você acha que tem potencialidade pra desenvolver o turismo cívico nos demais atrativos?

7 – O que o CCC pode representar para o turismo de Curitiba e do Paraná?

8 – Você sabe se existe estudo de demanda para a região do ccc?

9 – Você conhece algum exemplo de centro cívico ou similar que receba a atividade turística?

10 – Você acredita que podemos tomar o exemplo de Brasília para implantar a atividade turística no CCC?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO ENTREVISTA SECRETARIA DA CULTURA

1 – Vocês saberiam informar de onde partiu a ideia de tombiar o centro cívico, se foi algum órgão específico?

2 - E qual foi a participação de vocês neste processo?

3 – Tem alguma medida sendo tomada para a preservação destes monumentos?

4 – Vocês acreditam que o Centro Cívico de Curitiba, de maneira geral, é utilizado para o turismo?

5 – Vocês acreditam que o Centro Cívico tem potencial pra se tornar um produto turístico?

6 – Quais dos bens tombados vocês acreditam que podem atrair mais a atenção do turista?

7 – Destes bens que foram tombados, vocês sabem se algum não pode receber a atividade turística?

8 – Vocês sabem se a Setu, na época que vocês estavam lá, tinha algum plano para o desenvolvimento do turismo neste local?

9 – Vocês acreditam que a melhor opção de implantação da atividade turística no Centro Cívico seria um roteiro, ou outra coisa, mais voltada para a questão da arquitetura dos prédios? Ou algo que também possa integrar a questão cívica?

10 – Vocês conhecem algum exemplo de área cívica ou similar que receba a atividade turística, além de Brasília?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA INSTITUTO MUNICIPAL DE TURISMO

- 1- Você tinha conhecimento que o Centro Cívico de Curitiba era tombado?
- 2- Houve a participação do IMT no processo de tombamento? Tinha algum representante do IMT no Conselho da Cultura?
- 3 - Você acredita que o CCC, de maneira geral, é utilizado para o turismo?
- 4 – Você acredita que o CCC pode ser utilizado de alguma maneira para o turismo?
- 5 – Você acredita que o CCC tem potencial para desenvolver um roteiro voltado também para a arquitetura do local, além das questões cívicas?
- 6 – De maneira individual, estes bens são utilizados para o turismo?
- 7 – Por parte do IMT, existe algum plano para o desenvolvimento do turismo no CCC?
- 8 – Qual destes bens tombados você acredita que possa atrair mais a atenção do turista?
- 9 – Você conhece algum exemplo de centro cívico ou similar no Brasil que receba a atividade turística?
- 10 - Você acha que dá pra tomar Brasília como exemplo para criar algo no CCC?

ANEXO – DOCUMENTO DE TOMBAMENTO DO CENTRO CÍVICO DE CURITIBA

INSCRIÇÃO Nº 169
 DESIGNAÇÃO Centro Cívico

PROCESSO Nº 05/2003

NATUREZA Conjunto urbano e edificado
 CARÁTER DA INSCRIÇÃO: ex-officio
 MUNICÍPIO: Cuitibá
 LOCALIDADE: Centro Cívico
 LOGRADOURO: (ver mapa constante do processo) Área Urbana
 PROPRIETÁRIO: Estado do Paraná Prefeitura Municipal de Cuitibá
 ENDEREÇO:

CARACTERÍSTICAS: Compõe este tombamento os seguintes bens Assembleia Legislativa, Colégio Teófilo Fontana, Biblioteca Getúlio Vargas, Museu Oscar Niemeyer, Pátio Iguazu, Palácio da Justiça, Praça 19 de Dezembro, Sede da Casa da Cultura, Tribunal do Juru, Edifício Afonso Celso de Albuquerque e Sarcófago Menino de Leite, Palácio dos Aquedutos, Praça Onze e Praça da Liberdade, Praça do Iguazu, Prefeitura Municipal de Cuitibá e Tribunal de Cuitibá. Este tombamento evidencia o valor histórico urbano e arquitetônico, como também a sua inserção e importância na vida e organização do Estado do Paraná.

OBSERVAÇÕES: trata-se de sua capital. O Centro de Cuitibá, foi o primeiro centro administrativo do país, público projetado em linguagem moderna no Brasil, antecedendo em quase um século a realização de Brasília. O conjunto do Centro Cívico pode ser sintetizado em componentes do urbano, com o Plano Agache de 1943, expressão da produção arquitetônica, com seus edifícios modernos dos anos 50 e obras de Niemeyer, bem como projeto paisagístico de Luis Mux e expressão artística em espaços públicos, com as obras de Carlos Sbrayel Szajó e Ruy Szaquillo. Tambamente aprovada na 198ª reunião da CERHA.

INSCRITO EM 25 de maio de 2012

Assinatura:

Rosângela de Fátima Pacheco

Cargo:

Coordenadora do Patrimônio Cultural